

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

RUBENS PAIVA

PRESIDENTE

DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT

17/03/2014

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO RUBENS PAIVA**BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.****17/03/2014**

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Vamos começar? Que bom, começar o dia direitinho, vamos lá. São Paulo, 17 de março de 2014, Auditório Teotônio Vilela, 115ª audiência pública. Está instalada a 115ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, no dia 17 de março, Auditório Teotônio Vilela para a oitava dos depoimentos dos casos de Hiroaki Torigoe e Helber José Gomes Goulart.

Formação da Mesa, Suzana Lisboa e Amélia Teles, também conhecida por Amelinha Teles. Faz uma introdução, Amélia, para a gente passar a palavra para a Suzana, por favor.

A SRA. AMELINHA TELES – Bom dia! Nós da Comissão da Verdade aqui do Estado de São Paulo Rubens Paiva, temos tido audiências sobre os casos de mortos e desaparecidos políticos. Nós temos aí um quadro pra dar conta de 164 nomes de militantes que foram mortos ou que nasceram aqui na cidade de São Paulo ou no Estado. Muitos deles são desaparecidos e nós não temos um conhecimento, todas as pesquisas ainda não respondem onde estão os desaparecidos políticos.

Então, desse total de 164 nós ouvimos 111 aqui em audiências realizadas no decorrer de 2013 e início de 2014, faltam 53 casos.

Nós convidamos Suzana Lisboa da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos pra nos ajudar a resolver esses 53 casos que faltam. E nós entendemos assim, que como a Suzana dedicou toda a sua vida na busca do esclarecimento, na busca da verdade e da justiça essa que é a realidade. Então nós, hoje nós vamos ouvir o Hiroaki Torigoe, o caso do Hiroaki Torigoe e do Helber José Gomes

Goulart. São dois casos praticamente não resolvidos quanto ao sequestro, o assassinato. E no caso do Hiroaki Torigoe ainda não tivemos a oportunidade de, já chegamos perto, mas não tivemos o corpo, não é? Os restos mortais do Hiroaki Torigoe. Então, a Suzana vai dar essa contribuição para nós aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Obrigado, viu. Por você ter vindo nos ajudar aqui. Pega o microfone sem fio que você fica melhor.

A SRA. SUZANA LISBOA – Bom dia a todos e todas. Sempre me emociono muito de estar aqui junto com o deputado Adriano Diogo, junto com a Amelinha, Criméia, o Ivan da Comissão de Familiares, pelo trabalho que têm feito no dia a dia desta Comissão. Falando evidentemente dos outros tantos assessores que trabalham na Comissão e que tem ajudado a recompor essa história.

Eu vou começar pelo caso do Helber José Gomes Goulart. Eu acho que tem uma grande diferença entre os dois, é que um dos corpos nós conseguimos identificar e sepultar e o outro até hoje não. Depois de não sei nem quantos anos, o Hiroaki foi morto em 1972, nem sei quantos anos se passaram.

O Helber José Gomes Goulart é nascido em Mariana, Minas Gerais em setembro de 1944, eu vou ler uma pequena biografia feita pelas irmãs dele que são a Maria do Carmo e a Elba que até hoje moram em Mariana.

O SR. - Moram onde?

A SRA. SUZANA LISBOA – Em Mariana, Minas Gerais.

“O Helber nasceu lá em 19 de setembro de 1944. As irmãs gostam muito, lembram dele com saudades, do Helber criança, passivo, quieto, que gostava de escrever, que lia muito, especialmente as obras "Quarup", "Bar Don Juan" de Antônio Callado.

Apreciava música erudita e música popular brasileira. Ouvia muito Vandré, Chico Buarque, Caetano, Gil, Bethânia, Tom Jobim, MPB4. Estudou até a segunda série ginasial em Mariana, no Colégio Dom Frei em Manoel da Cruz, da Companhia Nacional de Escolas da Comunidade. Apesar de sua pouca escolaridade, Helber era um rapaz de vasta cultura por sua vivência e muitas leituras. Começou a trabalhar muito cedo, aos 11 anos, entregando jornais”.

Hoje em dia é proibido, né? Mas naquela época se trabalhava muito cedo e hoje em dia ainda se trabalha, não é?

“Aos 13 anos, no escritório da fábrica de tecidos de Mariana e pouco depois como datilógrafo na própria Prefeitura da qual era excelente funcionário. Foi para São Paulo”, veio não é? “Veio para São Paulo em 1961 com 17 anos em busca de melhores condições de trabalho, ficando aqui até 1963. Iniciado na luta política através de seu pai, antigo membro do Partido Comunista Brasileiro, nesse mesmo ano o ativista Helber Goulart juntou-se ao Grupo dos 11 nas lutas camponesas.

Após o golpe de 1964 foi julgado na Auditoria Militar de Juiz de Fora e em seguida se mudou para Mato Grosso para trabalhar na construção da hidrelétrica de Urubupungá como apontador. Revoltou-se profundamente com as condições de trabalho e segurança que eram submetidos os operários de Urubupungá por falta até de consciência da própria situação.

Ele retornou então a Mariana em 1968 e se mudou para Ouro Preto em 1969 e ali se integrou à Ação Libertadora Nacional. Idealista, Helber partiu em 1971 definitivamente para São Paulo já como militante clandestino.

A partir de então, os contatos com a família foram sendo feitos através de cartas e de raros encontros. Os últimos encontros foram nos meses de março e junho de 1973, pouco antes de Helber ser morto pelas forças da repressão.

Quando as irmãs perguntavam a Helber sobre a validade da sua luta pelo país e se conseguia obter sucesso no que se propunha, tarefa tão difícil e árdua, ele lhes respondia que se não conseguisse nada pelo menos faria história.

Em uma carta enviada à família em oito de outubro de 1971, ele brincava dizendo que trabalhava 25 horas por dia, pois levantava sempre uma hora mais cedo. Dizia que os problemas não se resolveriam no plano individual e sim coletivamente. Recomendava-lhes bons livros e bons filmes.

Criticava o sistema, o ufanismo exagerado, a política de massificação despedindo-se com afeto e saudades. Sua última carta é datada de sete de setembro de 1972”.

A morte do Helder foi anunciada oficialmente como tendo ocorrido em 16 de julho de 1973 nas imediações do Museu Ipiranga, em São Paulo.

As denúncias que sempre constaram no "Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos" foi de que ele teria sido levado para o Hospital Central do Exército e que ele teria sido visto por diversos militantes políticos antes, inclusive, desta data nos corredores do DOI-CODI com a barba por fazer e com a cabeça enfaixada, mas até hoje a gente não sabe quem viu, não apareceram estes testemunhos de quem esteve preso com o Helber nessa época.

Eu como militante da ALN nesse período cruzei com o Helber diversas vezes, apesar de não ter tido contato com ele. Mas, muitas vezes eu cruzei com ele pelas ruas, porque os locais de ponto eram semelhantes, porque especialmente o José Júlio de Araújo que era um militante da ALN que foi morto aqui em São Paulo em agosto de 1972, ele acumulava muito numa mesma região.

Então a gente acabava se encontrando. O Helber era muito alto, tinha 1,88m, então muitas vezes eu encontrei com ele, muitas vezes nós nos vimos e nos identificávamos mesmo sem nos falar.

Esse período foi um período em que os organismos de repressão mudaram, especialmente a partir de 1972 se começou a sentir muito isso, a mudança da característica de perseguição, quando eles começaram a não ter um enfrentamento direto assim que nos encontravam pelas ruas, mas eles passaram a ter, a nos mostrar que estávamos sendo seguidos.

Então, a partir da morte do José Júlio de Araújo, que é 18 de agosto de 1972, ficou evidente de que havia um furo dentro da segurança da organização e que era, e que a partir daí até a morte do Helber que é em 1973, isso não foi sanado porque sucessivamente as lideranças e as direções da ALN foram sendo assassinadas.

O Helber inicialmente era uma das pessoas que estava dentro daquelas possíveis de estarem sendo seguidas e eu também era uma delas. Nessa época eu morava numa pensão, nunca mais voltei, abandonei o lugar que eu morava pra cortar os vínculos anteriores que eu pudesse ter antes dessa data que começaram a ser evidentes os seguimentos, e muitos de nós fizemos isso.

E alguns, volta e meia reaparecia essa possibilidade de seguimento, e eu tenho muita dor de lembrar disso porque eu era uma das pessoas que dizia sempre, esse cara está controlado, este cara está sendo seguido porque cada uma dessas vezes em que eu por instantes cruzei com ele, aconteceu de estar realmente sendo seguido.

Alguns faziam relação com outros episódios em que ele esteve envolvido, mas que não necessariamente tinha que foi, por exemplo, a morte da Aurora Maria Nascimento Furtado, no Rio de Janeiro. Era o Helber que estava com ela no momento em que eles foram abordados por uma patrulha e a Aurora acabou sendo presa e morta e o Helber conseguiu fugir, mas ali ainda não existia esse seguimento, isso é posterior.

Quem defendia assim bravamente o Helber era o Antônio Carlos Bicalho Lana, na época eu não sabia o porquê, mas é porque os dois eram mineiros, entendeu? O Helber começou a sua militância na ALN em Ouro Preto junto com o Antônio Carlos Bicalho Lana, então ele conhecia ele de tantos anos, ele dizia, se ele está sendo seguido, ele não sabe disso, mas para mim isso era muito evidente.

Ali naquela, já em 1973 a partir de março de 1973 eu não fiquei mais aqui em São Paulo, eu saí de São Paulo. Então eu não acompanhei o dia a dia do que aconteceu depois, mas eu soube que depois da morte do Luiz José da Cunha que veio a ser no dia 13 de julho de 1973, finalmente o Helber acabou sendo desligado da organização, desligado no sentido não de abandonado, mas desligado no sentido de que não era possível, ele estava sendo seguido.

Nesse período ainda, isso eu soube pelo Antônio Carlos Bicalho Lana na última vez que eu encontrei com ele, pelo Wilson Silva que foi no fim, não lembro mais que época foi. Mas eu soube por eles que eles tinham tentado de uma vez por todas cortar a possibilidade de seguimento, então, que uma vez por mês eles estavam encontrando com algumas pessoas e o Helber era uma dessas pessoas com quem eles estavam encontrando só uma vez por mês.

E o rabo estava infelizmente, o rabo que a gente diz por que na gíria era assim que se chamava, era aquele outro infiltrado, aquele médico, o João Henrique Carvalho, João Henrique, é, mas o sobrenome dele a velhice me fez esquecer. O João Henrique, vulgo Jota que, João Henrique Carvalho? E o Helber entrou em contato com a família dele nessa época, com as irmãs.

Inclusive em junho de 1973 se me lembro é o último contato delas com ele, e elas iam vir para São Paulo para trazer dinheiro para ele, não sei se a decisão dele era

sair daqui ou não, mas o cerco estava apertando mesmo, e é nesses dias ele é preso e é assassinado.

Nós só tivemos, nós só encontramos os documentos relativos à morte dele quando foi aberto os, quando foram abertos os arquivos do DOPS aqui no estado de São Paulo, e nós encontramos as fotos e o laudo relativo à morte dele.

O óbito dele é assinado pelo Harry Shibata no dia 19 de julho de 1973, diz que ele tem um ferimento perfuro-contuso transfixante no pulmão esquerdo, o pedido do laudo dele é assinado pelo Romeu Tuma, é um dos mortos sob tortura que o Romeu Tuma nunca explicou, e a foto dele é impressionante porque, segundo os legistas para quem a gente mostrou na época, esta foto é tirada com ele ainda vivo, porque tem uns ritos de dor nessa foto.

A testa dele franzida nesta forma indica que ele ainda estava vivo quando esta foto foi tirada e são evidentes no rosto dele as marcas de tortura que o levaram à morte. Depois a gente pode reproduzir e mostrar essas fotos. O segundo legista, não sei se vive ainda o Orlando Brandão, são os dois que assinam o laudo do Helber.

A notícia quando foi divulgada, inclusive eles vão à casa dele que tem o endereço aqui, não sei se a gente poderia depois tentar verificar se existe uma possibilidade dessa casa ainda ser, ainda existir, né? Pensei em fazer uma diligência lá com o deputado e ver se esta casa existe, se os vizinhos lembram, porque a casa foi invadida pelo, segundo os jornais, né?

E ele certamente não tinha nenhum, não andava com o endereço da casa dele na rua, então, em algum momento ele ficou vivo para dizer onde ele morava ou realmente ele estava sendo seguido desde a sua residência.

Eu acho que o fundamental nesse momento seria a gente solicitar expressamente à Comissão Nacional da Verdade que fizesse um laudo, né? Que é relativo às circunstâncias da morte dele, que a gente solicitasse...

A SRA. AMELINHA TELES – João Henrique, né?

A SRA. SUZANA LISBOA - José, João? É Jota, o Jota, o agente do, chama João Henrique Ferreira de Carvalho, um médico pediatra, a última notícia que eu tive

dele foi que ele morava em Brasília e ele foi considerado um exemplo de infiltração nos órgãos de segurança porque realmente nunca ninguém identificou ele naquela época. Ele foi identificado só pelo Expedito de Carvalho da revista “Veja” com base nas declarações do Marival Chaves do Canto, isso já nos anos 1990, é, 1992.

Então, de providências que eu acho que é importante a gente tomar, a gente podia tentar ver se essa residência existe, se as pessoas lembram dele lá, pedir à Comissão Nacional que faça um laudo das circunstâncias da morte dele, comprovando esse tal "ritos de dor", enxergando tudo o que os peritos da Comissão enxergam nessas fotos, e pedindo também ao Hospital Geral do Exército se existem informações sobre a entrada dele lá que segundo as denúncias que a gente teve na época ainda da ditadura, ele teria passado por lá.

E não sei se irão aparecer ou não, a partir desse momento da divulgação do caso dele e da foto dele, os presos políticos que conviveram com ele e que viram ele sendo torturado nos corredores dos órgãos de segurança.

Outra coisa que eu achei interessante examinando o processo do Helber é que em 1993 os ministérios militares, Marinha, Exército e Aeronáutica, através do então ministro da Justiça Maurício Corrêa entregaram relatórios sobre os mortos e desaparecidos a nosso pedido.

E esses relatórios contêm informações importantes e interessantes e mostram, demonstram, comprovam que em 1993 os arquivos do Exército, Marinha e Aeronáutica existiam e foi com base nestes arquivos, por exemplo, especialmente o da Marinha, que muitos dos desaparecidos do Araguaia nós mudamos as datas da morte e comprovamos que eles tinham sido presos ao invés de terem sido mortos nas possíveis emboscadas em enfrentamentos que tiveram ali.

Esses relatórios foram assinados na época pelos ministros militares e esses documentos tinham uma folha de rosto que com os anos se perdeu e eu achei aqui no processo do Helber, está escrito Suzana aqui na folha, o encaminhamento do Ivan de Silveira Serpa, ministro da Marinha. Eu não sei se ele é vivo ainda, para o ministro Maurício Corrêa enviando essa documentação.

Nós tentamos alguns, assim que o ministro José Eduardo Cardozo assumiu, nós tentamos junto, fizemos uma carta a ele pedindo que localizasse dentro do Ministério da Justiça esses relatórios militares com essas folhas de rosto, mas não tivemos nenhum retorno, porque isso eu acho que é fundamental para a história, que esses ministros

respondam publicamente. Aqui tem assinatura do Ivan da Silveira Serpa. Você sabe se ele é vivo, Ivan?

A SRA. AMELINHA TELES – O Ivan Serpa?

A SRA. SUZANA LISBOA – O Ivan Serpa? Ministro da Marinha?

O SR. IVAN SEIXAS – Eu acho que já morreu.

A SRA. AMELINHA TELES – Eu acho que ele morreu, mas...

A SRA. SUZANA LISBOA – É ele quem assina o relatório militar, felizmente essa folha tinha ficado perdida porque dentro dos nossos processos, o da Aeronáutica e do Exército eu não tenho, mas esta aqui agora foi recuperada. Achava que era importante mostrar, não sei se já tem ali a foto do Helber. Não, é do Helber, se você tem as fotos dele vivo e morto...

A SRA. - No livro tem, né, Amelinha?

A SRA. AMELINHA TELES – No livro tem, não, eu estou falando aqui para mostrar.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Essa coleção aqui.

A SRA. SUZANA LISBOA – Aqui as três fotos dele morto, são essas aqui.

A SRA. AMELINHA TELES – Aqui olha, aqui é foto dele vivo, né? Existe a dúvida, né?

A SRA. SUZANA LISBOA – Pois é, é isso o que os peritos nos mostraram na época dizendo que essa foto ele estava vivo ainda e a foto do Instituto Médico Legal, esse é ele.

Essa foto é dele do Instituto Médico Legal, mas nessa foto ele está vivo ainda. Ele era, ele tinha tido um problema, então ele não tinha os dentes e isso facilitou que a gente tivesse certeza de que o corpo que foi exumado...

A SRA. AMELINHA TELES– Fosse dele.

A SRA. SUZANA LISBOA – Fosse dele. Eu não cheguei a contar esta parte do resgate do corpo dele. Em 1990 com a abertura da Vala de Perus a prefeita Luiza Erundina criou uma comissão na Prefeitura de São Paulo da qual nós fizemos parte, o Ivan, a Amelinha e eu e nós procedemos outras exumações no cemitério de Perus além da Vala.

Uma delas foi a busca do corpo do Helber José Gomes Goulart, ele foi desenterrado imediatamente na hora, no momento em que ele foi desenterrado, que tinha outros três já enterrados acima dele, ele foi, havia uma certa certeza de que seria ele pela característica do edentado, né? Ele não tinha os dentes. Foi uma das identificações. Edentado, edentado, quando não tem os dentes. Ele não tinha os dentes nem em cima e nem embaixo, por isso...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Desdentado, né?

A SRA. SUZANA LISBOA – É que a palavra, a palavra técnica é edentado. Então foi feita a identificação dele pela equipe, pela então equipe do Badan Palhares e o corpo dele foi depois de uma missa feita aqui na Catedral da Sé por Dom Paulo Evaristo Arns em julho de 1973 junto com...

A SRA. AMELINHA TELES - De 1993.

A SRA. SUZANA LISBOA – Noventa e três, 1991. Julho de 1991 foi feito o traslado dele para Mariana, Minas Gerais. A Dona Juliana, mãe dele, era viva ainda e teve a emoção de poder enterrar o seu filho. Lá foi feita uma missa em Mariana rezada por Dom Luciano Mendes de Almeida.

Foi muito emocionante, a cidade inteira compareceu à missa e às homenagens que foram feitas a ele. Falta, no caso do Helber, a identificação de quem foram os agentes que o torturaram e o mataram. As equipes responsáveis, nós só sabemos que o comando era do Carlos Alberto Brilhante Ustra, mas não sabemos por quem ele foi torturado e como ele foi morto. E nem sabemos exatamente em que data ele foi preso porque a versão oficial diz que ele foi preso no dia 16, no Museu do Ipiranga em São Paulo, às 16 horas. Só que ele entra no IML as oito da manhã, então. Os documentos do Instituto...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Não viram ele lá na OBAN?

A SRA. – Não é que ele foi preso, foi encontrado morto no Museu do Ipiranga.

A SRA. SUZANA LISBOA – Não, eles dizem que ele foi encontrado no Museu, foi identificado no Museu do Ipiranga e teve um tiroteio e ele foi morto às 16

horas. A documentação do IML diz que ele deu entrada às oito da manhã do mesmo dia, então não se sabe em que dia ele foi preso e nem como ele foi preso, não há testemunha da morte dele.

O que nós temos, já desde os nossos primeiros documentos é, desde as nossas primeiras denúncias é de que ele teria sido visto nos corredores do DOI-CODI, mas nós não sabemos quem viu.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Suzana, deixa eu dar uma entradinha, seguinte, como a gente vai tentar este ano pegar a história destes casos a partir da cadeia da repressão, a partir. Evidente que nós não temos a grade do dia, dos dias, não sabemos nem o dia que efetivamente entrou, tem fotos aí que visivelmente ele ainda está vivo, não é? Será que a gente não podia tentar fazer nestes dois casos senão o levantamento da grade, do plantão do dia para saber quais as equipes.

Se a gente não pudesse pegar e fazer o método inverso, pegar a partir dessa, da fase que vai começar agora do documento chamado Bagulhão, se a gente não podia inverter, pegar desde o comandante da unidade militar e as equipes e tentar enquadrar ou caracterizar nessa responsabilidade?

Quer dizer, ao invés de fazer o olhar da vítima, fazer o olhar, fazer começar a organizar o caso pelos mandantes da morte dele? Será que a gente não podia organizar deste jeito? Não sei se eu me fiz claro, dar uma invertida na chave e ao invés de falar aconteceu isso, isso e isso.

Então, nesse período quem comandava, quem constituía, quais eram as equipes e aí tentar começar a chamar pessoas que pudessem vir depor, que viveram nessa época para ver se a gente, que estavam lá dentro interrogando, em outras funções para ver se a gente conseguia ter outras informações. Porque o Hiroaki, você vai falar dele e vai falar do.

A SRA. SUZANA LISBOA – Só o Helber e o Hiroaki. O Hiroaki existe denúncia de quem foram as pessoas que torturaram e mataram ele, o Helber é que nós não temos.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– O Helber qual é a data do IML?

A SRA. SUZANA LISBOA – O Helber foi morto no dia 16 de julho de 1973.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– E o Crioulo?

A SRA. SUZANA LISBOA – O Crioulo é 13 de julho.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Tá. Então eu acho que a gente podia começar a fazer essa responsabilização, entendeu? Desses grupos, porque julho estava o Ustra, estava todo mundo lá.

A SRA. SUZANA LISBOA – O Ustra com certeza é o comandante. O Ustra e os seus vices-comandantes que eram o Dalmo Cirilo e o...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– É, mas estava todo mundo lá, Estava o Maurício

A SRA. SUZANA LISBOA – E o Ênio Pimentel.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Estava o Gaeta.

A SRA. SUZANA LISBOA – Agora das equipes, entendeu? Nós podemos, eu imagino que tenha aqui o levantamento de quem eram as equipes que trabalhavam nessa

época, quais as que foram diretamente envolvidas em cada um eu não sei, mas se a gente não consegue detectar cada um, para mim todos eles são responsáveis. Nós podemos fazer isso, quem é responsável, são várias equipes, não é?

São várias equipes de interrogatório e eu acho que a partir do momento que se entrar no Bagulhão vai ficar claro quem eram as equipes que estavam atuantes nesse período e todos os que foram assassinados sob tortura nesse período em São Paulo, todos os que foram desaparecidos aqui em São Paulo, do meu ponto de vista esses homens são todos responsáveis. Eu digo homens porque eu não conheço mulheres na equipe, entendeu? Não conheço nomes de mulheres torturadoras, apesar de que a gente sabe que tinha, né?

A SRA. AMELINHA TELES – Posso fazer uma pergunta? Amelinha Teles fazendo uma pergunta aqui para a Suzana Lisboa. Uma primeira questão é que na época o sargento Marival Chaves que trabalhava, atuava dentro do DOI-CODI do 2º Exército, ele fala que havia casas clandestinas que eram coordenadas pelo DOI-CODI, mas eram, alguns presos ficavam em outros lugares que não apenas aqui no DOI-CODI, nas dependências do DOI-CODI.

E ele até falou de uma casa, ele chegou a mostrar para mim e para o Ivan, lá no Ipiranga. O Ivan e a Tatiana Merlino, éramos nos três, no Ipiranga. Eu queria saber de você o seguinte, se você já ouviu dizer que o Helber teria passado em uma dessas casas da repressão.

A SRA. SUZANA LISBOA – Nunca ouvi dizer. Eu soube da morte dele quando foi publicada. Eu estava no Rio de Janeiro nessa época. Só vim a ter maiores informações sobre a história dele quando nós entramos nos arquivos do DOPS e quando eu tive contato com as irmãs que me disseram que tinham vindo aqui, que tinham estado com ele e especialmente depois das declarações do Marival eu entendi que ele realmente tinha sido afastado ou pelo menos descontinuatado da militância diária até para tentar evitar que ele fosse preso e morto, entendeu?

Durante algum período isso foi feito, eu, por exemplo, minha vida eu acho que foi preservada porque eu só tinha contato com a direção da ALN aqui em São Paulo, se eu tinha algum seguimento eu não passei para nenhum outro militante, eu só encontrava com a direção da ALN, provavelmente essa a mesma atitude que foi tomada com relação a ele, uma forma de preservar o militante e também tentar cortar os possíveis seguimentos que havia.

Na época a gente não pensava em infiltração dessa forma. Eu pelo menos não pensava, não tinha ideia que pudesse haver um militante infiltrado dentre nós. E havia mais de um né? Nem era só um. Eu acredito que sim.

A SRA. AMELINHA TELES – O Jota com certeza, né?

A SRA. SUZANA LISBOA – O Jota com certeza.

A SRA. AMELINHA TELES – Com certeza.

A SRA. SUZANA LISBOA – Ele reconhece o trabalho dele, mas ele não reconhece que ele trabalhou dessa forma, que ele entregou essas pessoas pelo que eu sei dos depoimentos dele, ele responsabiliza o Jurandir Godoy que eu acho que poderia ser ouvido aqui pela Comissão, que ele é o médico e ele é presidente da Associação dos Ex-Alunos da Faculdade de Medicina.

O Jurandir eu acho que é uma pessoa importante, que pode prestar importantes esclarecimentos nesse assunto já que o João Henrique pelo que eu sei não vai aceitar vir, ser convidado a depor, mas tenho certeza de que o Jurandir aceitaria, imagino que sim, né. Ele, o Jurandir foi apontado pelo Jota, ele foi preso num ponto com o Jota, então ele conheceu bem a história dele lá dentro, eu acho que é importante ele vir aqui e contar e nos ajudar a esclarecer depois de tanto tempo algumas coisas.

Mas eu não tenho conhecimento da passagem do Helber por outros lugares, nem sei quem estava, hum? É, nós não temos nenhuma notícia do que aconteceu, eu não sei

quando tinha sido o último contato dele com a ALN aqui. Não sei, não acredito, eu não acredito que tenha, mas é uma opinião pessoal minha que a morte dele esteja ligada à morte do Crioulo, Luiz José da Cunha.

A SRA. AMELINHA TELES - Em abril, né?

A SRA. SUZANA LISBOA – É, abril de 1973, o Alexandre Vannucchi, o Queiroz, vai numa sequência ali, né? Depois do Helber as próximas mortes da ALN são Antônio Carlos e a Sônia em novembro de 1973, depois só desaparecidos.

A SRA. AMELINHA TELES – Suzana, no caso do Queiroz, ele é assassinado em abril de 1973 e eu passei, eu fiquei na OBAN até fevereiro de 1973, até o dia 14 de fevereiro de 1973 e eu vi várias vezes, inclusive o Ustra, um delegado tipo alemão que era conhecido como Dr. Caio, o Jacó, o Gaeta, esses quatro eu vi com certeza que eles iam matar, eu não sabia, eu não conhecia o Queiroz, nem sabia quem era, mas eles falavam do Papa ou Queiroz, "esse aí tem que morrer", eles falavam isso no corredor da OBAN.

Então, no caso do Queiroz eu tenho essa convicção de que foram eles que mandaram matar, o Ustra e mais esses outros aqui que eu citei porque era comentado, "esse aí vai ser assassinado". Eles perseguiam o Queiroz, eles falavam Papa ou Queiroz, por isso que eu me lembro bem do nome, ou um ou outro, que depois alguém já no presídio me disse que era a mesma pessoa, Papa ou Queiroz.

E o Clemente que depois eu vim a saber que era o Carlos Eugênio. Esses dois eram assim, condenados à morte nos corredores assim, nas salas de tortura, era muito frequente esse discurso, essa, e eles ainda falavam gritando. Eu pensava assim, gente, como avisar esses dois, eu pensava porque eu não os conhecia, né? Porque eu não era dessa organização, mas eu vi sim.

Agora, em relação à casa do Ipiranga, já que eu coloquei aqui eu acho importante registrar a informação passada pelo Marival, que é um ex-integrante do DOI-CODI. Ele nos levou nessa Avenida do Estado, onde fica esta casa do Ipiranga, eu

não lembro o número, é 500 e pouco, né? Não é muito, ele não tinha certeza de qual das casas, mas ele tinha certeza que era ali, porque as duas casas, tem uma próxima da outra, tem uma parece até que é uma igreja agora, né? Então ele ficou na dúvida.

Houve uma modificação naquela região, daquelas casas, mas ele mostrou para nós, 500 e pouco...

A SRA. SUZANA LISBOA – Podia tentar. Vocês tentaram alguma coisa?

A SRA. AMELINHA TELES – Não é muito longe, não é muito longe do...

O SR. IVAN SEIXAS – Do Museu, é bem pertinho.

A SRA. AMELINHA TELES – Não é muito longe, é, não é muito longe, é ali. E ele dizia, ele disse para nós que aquela casa foi usada para tentar virar os militantes, ou seja, transformar os militantes em agentes infiltrados. Isso ele explicou pra nós.

É, se não virasse ia matar, ali não tinha como. Quando você vai para lá, para virar agente infiltrado, se você desiste, isso ele explicou, não tem, é extermínio. E tinha outras casas até, que ele não quis falar para nós, não explicou, mas não era só aquela casa, não. Tinha outras casas e essas, e ali no Ipiranga o que ele, eu fiquei até, não entendi bem, mas eu me lembro dele falando assim, "geralmente quem vinha aqui para o Ipiranga já tinha virado, mas a gente por via das dúvidas a gente deixava um tempo ali pra ter certeza."

A SRA. SUZANA LISBOA – Ele trabalhou nessa casa?

A SRA. AMELINHA TELES – Mas ele conhecia, mas ele foi, ele ia nessa casa. Às vezes tinha que fazer interrogatório ou colher informações dessas pessoas.

O SR. IVAN SEIXAS – Fazia os relatórios dessas casas. O que o Marival fala é que ele lia os depoimentos e os relatórios dos repressores que vinham dessas casas, por isso que ele sabia que tinha essa casa, sabia que tinha a boate, sabia que tinha o sítio e mais outras casas que ele disse que não sabia dizer onde que era. Mas essa casa ele disse que viu, uma vez passaram e disseram, "é aqui que a gente tem a casa", é essa a história.

Agora, ele lia os depoimentos e os relatórios dos repressores.

A SRA. SUZANA LISBOA – Eu não sei se é possível fazer um levantamento de registro de imóveis, dos donos dessas casas que eles apontaram. Hum?

O SR. IVAN SEIXAS – Nós tentamos e a Prefeitura não conseguiu nada.

A SRA. SUZANA LISBOA – Tem que pedir à Comissão Nacional da Verdade também, por requerimento, acho que é importante pedir por requerimento.

A SRA. AMELINHA TELES – É, manda.

A SRA. SUZANA LISBOA – Dessa Comissão, a Comissão Nacional da Verdade se não entregarem a eles é muito desrespeito, né?

Em relação ao caso do Helber eu acho que não teria mais nada a colocar.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Eu queria falar, será que as irmãs se dispõem a vir pra São Paulo falar?

A SRA. SUZANA LISBOA – Quem?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – As irmãs?

A SRA. SUZANA LISBOA – Acho que sim.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – É?

A SRA. SUZANA LISBOA – Nós podemos tentar convidar Elba, talvez já pedir, não sei se a gente consegue que os peritos que estão na Comissão Nacional façam um laudo e na data que for apresentar o laudo, convida-se a Elba pra ela vir.

A SRA. AMELINHA TELES – Uma coisa que eu queria perguntar, Amelinha Teles perguntando para a Suzana Lisboa. No caso do Helber, há a necessidade de se fazer um novo laudo necroscópico? É, porque existe, não que a dúvida é que o corpo seja dele, né? Que o corpo, pelas informações que eu lembro, que nós participamos da exumação desse corpo, mas é pela opinião de um legista ou de um perito que diz que o Helber numa dessas fotos o Helber estaria vivo, não é isso?

A SRA. SUZANA LISBOA – Nas fotos, as fotos que existem dele

A SRA. AMELINHA TELES – No IML, né?

A SRA. SUZANA LISBOA – Possivelmente morto, ele está vivo ainda, primeiro lugar. E são evidentes as marcas de tortura no rosto dele. Não existem fotos do corpo inteiro, não existem fotos de perícia de local, diferentemente do Rio de Janeiro, os teatrinhos feitos em São Paulo, eles só divulgavam e raramente, eu não lembro se tem, hum?

O SR. IVAN SEIXAS – A Eugênia (*inaudível*)

A SRA. SUZANA LISBOA – Tem o Luiz Eurico, né?

A SRA. AMELINHA TELES – Perícia? No local?

A SRA. SUZANA LISBOA - Perícia de local. É o que eu estou dizendo que eu não conheço nenhuma perícia de local, que o Rio de Janeiro tem de Quintino, tem de diversos lugares, diversos locais ou como tem na Casa da Morte. Ivan.

O SR. IVAN SEIXAS –A Dra. Eugênia Gonzaga do Ministério Público Federal fez um levantamento e diz que esses que tinham supostos confrontos ou atropelamentos não tinha perícia. Nunca foram feitas. Ela sempre disse isso que era a demonstração de que eles não queriam fazer a perícia no local.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Ivan e Amelinha e Suzana. Lógico que a Iara Xavier Pereira tem família, né? Tem fortes relações no governo e tal, mas eles conseguiram aquela perícia muito bem feita dos familiares, né?

O que a Suzana está falando é o seguinte, será que nós temos como requerer com a Comissão da Verdade Nacional para que fizesse esse periciamento nesses casos com o mesmo nível de detalhamento que foram feitos dos irmãos Iuri e o Alex e o Arnaldo? Será? Com aquela contratação daquelas equipes, do pessoal de Ribeirão e aquele pessoal de Brasília, será que é possível a gente requerer isso?

O SR. IVAN SEIXAS – Formalmente a Comissão Nacional da Verdade diz que eles estão lá para a gente solicitar, que é para fazer isso, não há problema, vamos solicitar.

A SRA. SUZANA LISBOA – Eu fiz essa solicitação à Comissão Nacional da ainda quando era coordenada pelo Paulo Sérgio Pinheiro, então, faz muito tempo, acho que no começo do ano passado, que o mínimo que nós familiares esperaríamos da Comissão Nacional da Verdade é que ela fosse além do que nós fomos nos casos dos mortos.

Isso significa que nós queríamos um laudo para cada um dos casos em que nós tivéssemos informações e documentos comprobatórios da morte. Nós solicitamos de cada um. Os peritos só foram contratados no final do ano passado, tanto que quando eles fizeram o laudo do Luiz Eurico, que eu trouxe aqui, eles oficialmente ainda não estavam contratados pela Comissão.

Agora estão lá o Celso Nenevê, o Mauro Yared e estão trabalhando lá. Então, eu acho que esta solicitação tem que ser feita, eles têm diversas atribuições, mas tem que ter algumas prioridades.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Vivian, então vamos dar um destaque especial pra ver se a gente pelo menos consegue isso desses dois casos de hoje, que haja o periciamento com o mesmo nível de detalhamento e apuro que houve daquela audiência da Iara Xavier Pereira.

A SRA. SUZANA LISBOA – Eu queria lembrar que a Criméia lembrou aqui da plateia que no caso da Gastone, nós encontramos a perícia, Gastone Lúcia Beltrão que foi assassinada em janeiro de 1972 aqui em São Paulo. Nós localizamos na perícia nos arquivos do Instituto de Perícia aqui em São Paulo. Nós localizamos o do Carlos Marighella e o da Gastone.

A SRA. AMELINHA TELES – Na Academia de Polícia. Tinha Joaquim Câmara Ferreira, tinha da Gastone, Carlos Marighella e tinha um que nós suspeitamos na época, eu me lembro, isso do Merlino. Não, está lá na Academia de Polícia.

Esse arquivo da Academia de Polícia, na época que nós fomos lá, que foi há mais de 20 anos, ele estava extremamente de difícil acesso. Extremamente de difícil acesso.

A SRA. SUZANA LISBOA – É, nós conseguimos entrar lá uma vez.

A SRA. AMELINHA TELES – Porque estava muito desorganizado, não tinha...

A SRA. SUZANA LISBOA – Nós tivemos uma sorte de botar a mão na prateleira e puxar uma caixa e naquela caixa tinha, estava o laudo da, a perícia da Gastone que foi fundamental para o reconhecimento do assassinato dela. Ela tinha seu metro e meio de altura, a Gastone tinha uns 40 tiros.

Agora, foi o único dia que nós entramos na Academia de Polícia, a Amelinha Teles, o Ivan Seixas e eu, foi o único dia que nós tivemos acesso à Academia de Polícia, nós localizamos estes laudos. Quando nós tentamos voltar os documentos teriam sido transferidos dali e nunca mais nos deixaram entrar.

Eu não sei se houve depois alguma outra tentativa de descobrir onde foram parar estes arquivos, mas durante o tempo ainda que eu vivi em São Paulo, nós nunca mais encontramos os arquivos que estavam na Academia de Polícia, teriam sido transferidos para a USP, mas nunca mais apareceu.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Mas então, eu sei Amelinha...

A SRA. SUZANA LISBOA – Mas nós não achamos.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Desde o dia que começou a Comissão a Amelinha fala, né? Então, mas eu me sinto muito fragilizado assim, me sinto até desmoralizado por não ter diligenciado isso. Então precisava fazer alguma coisa nesse sentido, né?

Ir até o fim porque está aqui, é órgão estadual, é da nossa competência. Precisava ver junto ao Gabinete do Secretário para levar isso até as últimas consequências, né?

Acho que isso aí é uma coisa que não pode ficar só na literatura, tem que virar requerimento, fazer aquele negócio, se não entregar tem que judicializar, entendeu? Porque aí é documento estadual, é autoridade estadual. Senão, porque é tudo dentro do nosso âmbito de, eu queria assumir essa responsabilidade. Quero assumir isso aí. Volta Amelinha, fica aí, não vai embora, não.

Eu queria, olha pessoal, eu só queria pedir uns cinco minutos aí porque, como isso passa tudo muito perto de mim, eu queria dar uma respirada. Queria cinco minutos de intervalo.

Sessão suspensa por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Retomando a sessão, primeiro eu vou me dirigir ao Renan. Renan, então, o que nós estávamos discutindo aqui, para oficializar agora para o gabinete do secretário a identificação e os arquivos da área da perícia técnica, do IML que estariam depositados na lá Escola de Polícia da Cidade Universitária, foram vistos e tal, e que a gente precisa acessar todos os arquivos das pessoas que nós estamos diligenciando aqui, entendeu?

Para isso, nem que haja necessidade de fazer uma busca pessoal, uma diligência nos antigos arquivos e oficializar diretamente ao Gabinete do Secretário da Segurança Pública. Tá, por favor, obrigado.

Vamos continuar? Vamos lá? Então vamos lá.

A SRA. SUZANA LISBOA – Vai passar o vídeo do Hiroaki.

A SRA. SUZANA LISBOA – O Hiroaki Torigoe foi militante da Ação Libertadora Nacional e do Movimento de Libertação Popular, o MOLIPO. Ele era estudante de Medicina, fazia, fez até o 4º ano de Medicina aqui na Faculdade da Santa Casa, aqui da USP de São Paulo e ele foi baleado e preso no dia cinco de janeiro de 1972.

O caso dele a gente tem mais informações a respeito do assassinato dele, ele foi baleado e preso nessa data. A prisão dele foi no bairro Santa Cecília, aqui na Rua Albuquerque Lins.

O grupo era comandado pelo Delegado Octávio Gonçalves Moreira Júnior, que depois foi assassinado no Rio de Janeiro pelas organizações de Esquerda. E ele foi levado diretamente para as câmaras de tortura. Como ele estava ferido e pela impossibilidade de pendurar ele no pau de arara botaram ele numa cama de campanha onde ele foi amarrado para ser torturado.

Eles fizeram uma discussão sobre se poderia assassiná-lo de imediato ou ainda torturar e quem ganhou a discussão foi a equipe que queria matar imediatamente. Seus torturadores e assassinos foram o capitão do Exército Orestes, vulgo Ronaldo, capitão Amici, capitão Ubirajara que hoje a gente sabe que chama Aparecido Laertes Calandra, o investigador Pedro Maria Grancieri, o soldado da Aeronáutica Roberto, vulgo Padre, o policial apenas conhecido como Castilho. Todos chefiados pelo Carlos Alberto Brilhante Ustra e pelo então capitão Dalmo Lúcio Muniz Cirilo.

As fotos do Hiroaki Torigoe morto são chocantes porque ele tem visivelmente um dos braços quebrados pela tortura. O laudo dele descreve 10 tiros, mas só nesta parte que aparece do corpo dele tem mais do que isso, e são evidentes as marcas de tortura.

O relatório do caso dele foi apresentado à Comissão Nacional pela Eunice Paiva no período em que ela foi, integrou a Comissão. É muito forte, determinante o laudo dela, e a gente tem a gravação que foi feita com a família para o “Globo Repórter” do Caco Barcellos, que eu acho que poderia introduzir e depois a gente continua apresentando o caso.

Apresentação da gravação do “Globo Repórter”

A SRA. SUZANA LISBOA – A parte referente ao Torigoe é só aquela. Em 1990 nós acreditávamos que tínhamos encontrado a sepultura do Hiroaki Torigoe, ele foi enterrado com o nome de Massahiro Nakamura, o laudo dele é feito no dia seis de janeiro, um dia depois da morte pelo Isaac Abramovitch, Abeylard de Queiroz Orsini.

É um laudo extremamente omissivo, sucinto e omissivo como todos os laudos que eles fizeram na época. Eles sabiam quem ele era, tanto que os documentos do IML contêm o nome dele (Torigoe). Ele foi levado para as Câmaras de tortura, se sabe que ele foi preso, então ele era perfeitamente conhecido e quando sai a notícia da morte dele já sai com nome falso.

Sai a foto dele, e sai a carteira de identidade com Massahiro Nakamura e ele é enterrado com esse nome falso. O irmão Shunhiti fez o reconhecimento na época com, não me lembro quantos tiros que ele viu no corpo dele e eles entraram com pedido de retificação dos registros de óbito que foi dado imediatamente ainda em 1972 pelo juiz. Então eles tinham todas as condições de poder receber o corpo do filho.

Aqui você tem a documentação do Instituto Médico Legal como Massahiro Nakamura, (Torigoe), na data de entrada no Instituto Médico Legal no dia teoricamente da morte dele, e o laudo é feito no dia seguinte com o nome falso, e por este nome ele é enterrado.

Então a família consegue a identificação com uma ordem judicial, retifica os registros de óbito, mas eles não entregam o corpo. Durante todos esses anos a família aguarda o corpo sem ter qualquer informação concreta a respeito.

Também é importante que se peça aos peritos da Comissão Nacional uma análise pericial das circunstâncias da morte do Torigoe porque isso nós não temos. Nós temos anotações que foram feitas por legistas que nós conhecemos durante esses anos, Dr. Antenor Chicarino e outros que é evidente que as lesões que estão demonstradas nas fotos são em número maior do que as que estão descritas no laudo.

Tem múltiplas lesões contusas na face não descritas no laudo, e o que é mais chocante é o braço dele quebrado. É evidente aqui a fratura nos braços dele e não descreve nenhuma lesão interna, não descreve absolutamente nada.

E o mais chocante é que ele teria morrido na Rua Albuquerque Lins, em frente ao número 850 em Santa Cecília, mas ele entra no IML despido, ele não tem uma peça

de roupa, ele está nu. Assim ele entra no IML vindo do bairro Santa Cecília e teria sido examinado pelos legistas e enterrado.

No laudo que, no laudo não, no parecer da Eunice Paiva, deixa eu ver se eu trouxe o parecer porque eu gostaria de ler o parecer dela, só um minuto.

Então, Eunice Maria Paiva, como integrante da Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos durante o tempo em que ela permaneceu, ela examinou o processo do Torigoe, ela identifica os requerentes e o que a família pede que é a inclusão do Torigoe na lista da Lei 9.140 e os benefícios da referida lei que são a indenização e a localização dos restos mortais.

Ela faz uma pequena biografia dele que é o que consta do nosso dossiê, e depois ela diz “Foi ferido e preso no dia 05 de janeiro de 1972 na Rua Albuquerque Lins, bairro de Santa Cecília em São Paulo, pela equipe chefiada pelo delegado Octávio Gonçalves Moreira Júnior, vulgo Otavinho. Vários presos políticos que estavam no DOI-CODI viram Torigoe ser arrastado no pátio interno daquele órgão sangrando abundantemente.

Impossibilitado de ser pendurado no pau de arara devido aos ferimentos foi amarrado em uma cama de campanha onde foi torturado com espancamentos, choques elétricos e outras violências até a morte. Há uma fotografia às folhas 10 revelando inúmeros ferimentos no rosto, tórax e nos braços. Um deles, o braço esquerdo em posição anômala denunciando fratura.

Às folhas 11 encontra-se a requisição de exame ao IML feita por um delegado do DOPS no mesmo dia em que foi preso, 05 de janeiro de 1972, com o nome de Massahiro Nakamura e filiação que não é a verdadeira, dando conta de que teria sido vítima de homicídio às 20 horas daquele dia, na Rua Albuquerque Lins, defronte ao número 850, e que após travar intenso tiroteio com os órgãos de segurança veio a falecer em consequência dos ferimentos recebidos, então sendo conduzido ao IML por viatura do DOI.

Às folhas 12 consta que o cadáver entrou no IML às 21h30 do dia 05 de janeiro, causa mortis anemia aguda traumática com óbito registrado no cartório de paz do Jardim América, tendo o corpo saído diretamente para o cemitério de Perus no dia sete de janeiro, às 14 horas, despido, em carro do IML.

O exame necroscópico e laudo de exame de corpo de delito feito pelo médico Dr. Isaac Abramovitch confirmado pelo médico Dr. Abeylard Queiroz Corsini. Diz o

exame que receberam o cadáver despido que lhes foi apontado como sendo de Massahiro Nakamura, de residência ignorada e que segundo consta tratava-se de elemento terrorista que travou tiroteio com a polícia de segurança vindo a falecer no horário referido.

Verificou-se a existência de 10 ferimentos produzidos por projéteis de arma de fogo, sendo que só os quatro primeiros de letras a, b, c e d podem ser observados na fotografia de corpo às folhas 10 que não abrange o epigástrio, hipocôndrios, ventre ou membros inferiores. Entretanto na fotografia existem mais de quatro ferimentos de natureza diferente da produzida pela entrada ou saída de projéteis indicando maus tratos e tortura.

A certidão às folhas 16 com nome falso, teve como declarante Miguel Fernandes Zaninello, da Polícia Militar” - que aliás assina diversos pedidos de, como declarante e nunca nós conseguimos localizá-lo.

Aí ela fala dos recortes de jornais que foram anexados, do relato que é feito pela imprensa falando de que ele teria reagido com violência, e que eles teriam recolhido farto material subversivo dentro do carro e teriam encontrado documentos que o identificavam como Massahiro Nakamura.

"O fato teria determinado intensa e prolongada busca nos arquivos datiloscópicos para levantar a verdadeira identidade do morto que afinal foi identificado como Hiroaki Torigoe, incluído nos cartazes distribuídos por todo o país com nomes e fotos dos 52 terroristas mais procurados, e que estaria envolvido em inúmeras ações".

O titular do DOPS de São Paulo, a ofício do juiz de direito da vara de registros públicos de São Paulo, manda uma cópia da certidão de óbito de Hiroaki Torigoe e um mandado do juiz, esse que ela cita, reconhecendo o que foi dito.

E aí ela conclui que “preliminarmente é preciso corrigir dados do processo, o interessado é o irmão Shunhiti, mas os pais de Hiroaki representados pelo filho procurador com mandato”. Os pais eram vivos ainda.

“O pedido da família é que Hiroaki Torigoe seja reconhecido como desaparecido, uma vez que sua morte foi registrada num cartório com nome falso e seu corpo também, foi enterrado com nome falso, sendo que a ossada posteriormente foi exumada, tinha o crânio serrado restando apenas a calota craniana e a ossada encontrada não foi ainda identificada como sendo de Hiroaki Torigoe.

Na verdade a ênfase no desaparecimento se relaciona com a necessidade de localizar os verdadeiros restos mortais do irmão por razões culturais e religiosas, são budistas, que devem ser respeitadas por esta Comissão, que poderá providenciar um pronunciamento da UNICAMP sobre a ossada que lhe foi encaminhada.

Entretanto, ainda que passe a ser considerado como desaparecido, os desaparecidos já foram declarados mortos e de qualquer forma os pais de Hiroaki têm direito à indenização, eis que o filho foi torturado e morto nas dependências policiais ou assemelhadas como reza a lei, foi enterrado pelos seus algozes como indigente, com identidade falsa, com laudo assinado pelo médico Abramovitch, o mesmo autor de outros laudos examinados nesta Comissão especial e que não obedecem aos princípios de ética profissional a que os peritos médicos estão sujeitos.

Submeto assim, este parecer à votação dos demais membros da Comissão Especial. Brasília, 29 de fevereiro de 1996, Maria Eunice Paiva”.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Nós temos cópia deste documento?

A SRA. SUZANA LISBOA – Eu acho que é uma homenagem que a gente presta à Eunice Paiva e ao mesmo tempo para dizer que nós estamos no dia 17 de março de 2014, e que ainda não temos informação sobre o que é feito do corpo do Hiroaki Torigoe.

Nós temos aqui um ofício feito no ano de 2011 pela Dra. Eugênia Augusta Gonzaga, procuradora da República, solicitando ao Marco Antônio Rodrigues Barbosa, presidente da Comissão Especial, informações sobre o exame do Torigoe, e ele responde que em atenção ao ofício dela, “os trabalhos referentes ao Hiroaki Torigoe fazem parte das atividades discutidas em reuniões de planejamento na cidade de São Paulo no dia 19 de agosto de 2010.

”Conforme deliberado na referida reunião foram definidas as prioridades inerentes aos trabalhos nos cemitérios do município de São Paulo, sendo certo que aqueles referentes aos restos mortais possivelmente de Hiroaki Torigoe, assim como as

atividades relativas de mais ossadas, oriundas da vala comum de Perus, deveriam aguardar a estruturação de local de trabalho no Instituto Médico Legal de São Paulo”.

Isso aqui é datado, essa reunião teria sido em 2010. Até hoje nada foi feito sobre isso, quatro anos depois nós estamos ainda nos rebelando, e felizmente conseguindo que as ossadas de Perus dentre elas, possivelmente são do Hiroaki Torigoe, não sejam destinadas ao Instituto Médico Legal.

Nesses anos todos, não existe um cronograma de trabalho que diga respeito ao que foi feito nesse assunto pela Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos. É muito triste, é muito chocante que tantos anos depois a gente ainda esteja aqui para perguntar aonde é que foram parar os ossos de Hiroaki Torigoe.

A exumação que foi feita, que nós acompanhamos em 1990 ou 1991 e que foi levada pelo Badan Palhares passou a fazer parte do conjunto da Vala de Perus e durante muitos anos nós custamos a ter uma resposta daquele que ficou como responsável por este trabalho durante um período, Daniel Ribeiro Munhoz que muito me fez sofrer o fato dele ter sido o responsável pelas ossadas de Perus, já que ele foi a pessoa que o Harry Shibata determinou que examinasse o corpo do meu marido.

Então, uma pessoa da confiança do Harry Shibata jamais seria pessoa da minha confiança, mas foi ele determinado pela Secretaria de Segurança aqui de São Paulo, e num acordo com integrantes da Comissão Especial que ele fosse a pessoa responsável por receber aquelas ossadas.

Durante anos ele não conseguiu nos responder nem ao menos se aquela ossada era ou não de origem amarela, é assim que fala?

A SRA. – Oriental.

A SRA. SUZANA LISBOA – Mas é que a raça, a raça eles determinam a raça, se é preta, branca, ou amarela se não me engano, que são as determinações da raça, que tem características específicas, que não tem como um legista errar. Durante anos ele não nos respondeu isso, anos.

Eu lembro de quantas e quantas reuniões nós fizemos com o Dr. Daniel Munhoz e que ele apresentava desde o início todo o cronograma de trabalho dele, até que um dia

ele nos respondeu que não, que aquela ossada, que desde, portanto há mais de 20 anos estava com a equipe do Badan Palhares e depois passou para a equipe do Daniel Ribeiro Munhoz, anos assim, eles levaram para nos dizer que aquela ossada não era correspondente, não tinha as características da raça amarela, portanto, não era oriental.

E outras exumações foram feitas pelo Ministério Público para tentar localizar o corpo do Hiroaki Torigoe que pelo que eu sei, nenhuma delas foi, teve sucesso.

Então eu não sei a quantas anda a possibilidade de identificação do Hiroaki Torigoe, eu acho que não, que ele não está, teoricamente, dentre essas ossadas que estão para ser examinadas.

Essa era uma pergunta que teria que ser feita ao, à Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos, se eles, que outras indicações foram feitas e talvez ao próprio Ministério Público para que a gente possa fazer constar essa informação.

Eu sinceramente me sinto envergonhada de ter participado do início deste trabalho, eu acho que todas nós nos sentimos assim, e de não ter conseguido dar aos pais do Hiroaki que aparecem com toda dor neste vídeo, tentando manter uma tradição que para eles era fundamental na vida, construíram aquele altar e ali eles colocaram uma foto do Hiroaki ao invés das cinzas, e morreram sem ter tido a alegria de poder ter os ossos do filho e as cinzas do filho naquele altar. Eu me sinto envergonhada.

E acho que as autoridades competentes e os órgãos competentes em relação a este assunto nos devem muito, a nós familiares e à história do Brasil.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Renan, Vivian, Danilo, duas coisas. Tudo o que tiver de documento, que a Suzana está trazendo, tenta copiar para efeito da reunião. E queria pedir para vocês três, por favor, viu Vivian, Danilo e Renan, como essa audiência aqui é muito importante, eu sei que a Vivian está tentando minimamente registrar, mas fazer uma recuperação da audiência com uma imagem da Suzana e os principais pontos que ela levanta desses dois caos, tá?

Para a gente, o Diário Oficial também estava aí fazendo, o que puder recuperar para a gente publicar em curto prazo a notícia dessa audiência, não sei se põe o áudio ou o vídeo aí da matéria do Torigoe, tá? Por favor. E não esquecer da gente diligenciar sobre os arquivos lá do IML. Criméia vem para cá, fala aqui no microfone, por favor.

A SRA. CRIMÉIA ALMEIDA SCHMIDT – Criméia, Comissão de Familiares. Eu queria lembrar o seguinte, que como esse ofício de 2011 não aconteceu nada no sentido da identificação do Hiroaki Torigoe, a ABAP, Associação Brasileira dos Anistiados Políticos em 2012 financiou a vinda da EAF para que se fizesse, tentasse a identificação de 24 ossadas que teriam sido entregues pelo Munhoz, pelo Dr. Munhoz como sendo as prováveis entre elas, as prováveis, né? Estaria a provável ossada do Hiroaki Torigoe. Essas 24 ossadas na verdade eram 25, várias dessas ossadas que teriam possibilidades de ser do Hiroaki Torigoe eram mulheres.

Resumindo, nenhuma das 25 ossadas prováveis era, segundo a equipe argentina de antropologia forense, provável de ser do Hiroaki Torigoe, não tinha condições pela altura, pela idade, pelo sexo, pela raça. Então, e foi preciso que uma entidade privada financiasse a vinda de peritos internacionais para isso.

É muito duro tudo isso, né? E continuamos...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– E se não bastasse, toda aquela nossa esperança e alegria em relação à UNIFESP, a ata que veio da reunião foi uma coisa pífia. Pífia! Nada do que foi combinado está naquela ata.

Então se a gente, em que pese toda a dificuldade do mês do março, se a gente não fizer uma nova reunião com a UNIFESP e com os interessados e como governo federal, tudo o que foi combinado na reunião não foi escrito no documento, é como se nós tivéssemos feito uma reunião festiva, de confraternização, sem efeito legal que não gerou responsabilidades, nada, nada.

Estou falando, eu não devia, a Amelinha já estava, já tinha constatado isso, mas estou falando oficialmente que enquanto Comissão da Verdade nós não concordamos com aquela ata, não foi aquilo que foi combinado. Ou teve problemas de redação ou de responsabilização. Eu acredito que foi mais de responsabilização.

Não é possível que naquela universidade com tanto recurso, com tanto, a ata da reunião que nós combinamos que as ossadas iriam para a UNIFESP, a ata da reunião não traduz o que foi discutido e combinado. Parece que houve uma intencionalidade em reduzir as responsabilidades da transferência das ossadas. Com aquele documento nós não vamos conseguir tirar os ossos do Araçá e não vai andar nada.

Então, estou dizendo que de nada adiantou aquele esforço porque houve um abrandamento no texto da ata que foi combinada e o acolhimento não está garantido, o tratamento não está garantido.

Então, criou-se uma nova zona cinzenta que nós temos que esclarecer se essa zona cinzenta não é intencional para devolver para o IML. Essa é a questão que eu estou colocando. Eu acho que nós devíamos officiar para a direção da UNIFESP e para todas as pessoas que estavam naquela reunião que nós não aceitamos o conteúdo daquela ata, que ele é absolutamente insatisfatório e que ele coloca no estágio anterior.

Isso aí eu não tenho problema nenhum de fazer em meu próprio nome, mas eu acho que nós temos que assumir enquanto Comissão que aquele documento proveniente, até se puder arrumar cópia do documento a gente lê o documento aqui, para mostrar a nossa inconformidade. Suzana.

A SRA. SUZANA LISBOA – Eu recebi o documento, mas eu não li. Eu sugeriria que fosse feito imediato contato com a reitora que se mostrou, pelos relatos que eu tive de todos vocês que compareceram à reunião, muito receptiva e queria dizer que ao mesmo tempo em que essa tentativa está sendo feita e coordenada por vocês, eu já soube que o secretário executivo lá da ministra Maria do Rosário, Gilles, está dizendo que ele conseguiu providenciar um outro local no caso a UNIFESP.

A SRA. AMELINHA TELES – Queria dar uma informação. Olha, Amelinha Teles, assessora da Comissão da Verdade. Eu queria dar um informe a respeito, eu queria falar a respeito do Hiroaki, caso Hiroaki Torigoe, mas antes eu vou dar um informe a respeito da posição da UNIFESP segundo dois telefonemas que eu dei para Soraya, reitora da UNIFESP e que se colocou inteiramente à disposição de receber essas ossadas, nos dois telefonemas que eu tive a oportunidade de ouvir da própria Soraya.

Ela coloca o seguinte, ela está inteiramente à disposição, a UNIFESP, a UNIFESP está criando um grupo para estar coordenando não só a recepção das ossadas como as investigações juntamente com o grupo da EAF que é Antropologia Forense da Argentina, como também da Antropologia Forense da Cruz Vermelha.

Ela colocou ainda que já tem uma casa, já tem uma casa que entre os vários imóveis alugados pela UNIFESP, um que já está alugado é destinado a guardar, a receber e guardar as ossadas e onde deve ser desenvolvido o trabalho de investigação.

Ela colocou que esta casa é muito bem fechada, fica ali na Vila Clementino, e é muito, quer dizer, um lugar de fácil acesso e é muito bem segura, mas que ela ia providenciar segurança junto à Polícia Federal e junto aos demais órgãos de segurança.

E que deveria ser feita uma adaptação dessa casa para fazer aquelas bancadas que são o lugar onde os investigadores, ou melhor, os pesquisadores vão estar trabalhando, naquelas mesas.

Era o que ela precisava resolver e ela já tinha tomado uma decisão de quem, porque ela estava vendo um problema jurídico, quem entregaria as ossadas, mas que ficou muito evidente que quem tem que entregar as ossadas segundo ela, isso eu estou falando do que ela falou, seria o Fernando Haddad, prefeito, deveria entregar porque as ossadas estão sob a responsabilidade do Serviço Funerário Municipal.

Então, ela achava que do jeito que estava, isso na última conversa que eu tive com ela que foi, hoje é segunda, sexta-feira, não é? Ela disse que a última, que ela considerava assim, que estava sendo bem encaminhado, e que ela acreditava que no dia 1º de abril quando vai ter um seminário da Comissão da Verdade da UNIFESP, ela poderia estar anunciando mais concretamente, digamos, com um certo cronograma de trabalho, quando receber as ossadas.

Então, a informação que a gente tem da Soraya via telefone é essa. Agora, acho que talvez a Comissão aqui pudesse fazer um requerimento para a Soraya colocando da nossa satisfação de ter tido lá e que a gente queria por escrito mais informações mais detalhadas deste encaminhamento, né?

Para a gente ter mais segurança, porque eu entendo perfeitamente a angústia do deputado Adriano Diogo, presidente desta Comissão, eu compartilho dessa angústia, compartilho desta dor que a Suzana transmite aqui no caso Hiroaki Torigoe, e que a Criméia vem relatar, pelo seguinte, o caso Hiroaki Torigoe é um caso que tem dado muito trabalho e que aqui nós não conseguimos nem expressar o trabalho que nós estamos tendo com o caso Hiroaki Torigoe, a gente não está conseguindo organizar nossas ideias e nossas experiências para estar transmitindo aqui ao público o que tem sido essa busca, essa identificação.

Eu, quando eu cheguei aqui o Adriano perguntou se eu falei com o Shunhiti Torigoe que é o irmão dele, eu quero dizer o seguinte, esta vergonha que a Suzana tem, é interessante, que ela está sentindo, que nós temos quando nós vamos falar do caso Hiroaki Torigoe, parece que nós somos responsáveis, né? Pela morte e pelo ocultamento do cadáver do Hiroaki Torigoe, é impressionante.

Nós que tanto buscamos, eu me dá assim, uma tristeza mesmo, uma dor no peito, é isso o que eu posso dizer para vocês porque, por que eu não ligo para o Shunhiti? Porque todas as vezes que eu liguei para o Shunhiti ele falou assim, Amelinha tem alguma novidade? E eu não tinha nenhuma novidade para dar ao Shunhiti. Então eu passei a ter vergonha de ligar pra ele. Eu fiquei até com vergonha de ligar pra ele que hoje tem uma audiência do caso Hiroaki Torigoe e que nós não temos nenhuma novidade a contar.

Eu me lembro que eu fiquei, porque como eu fiquei muito tempo acompanhando essas ossadas de Perus, mais ou menos digamos assim, um pouco isolada dos familiares, porque além de eu ser familiar eu era funcionária da Prefeitura e eu fui a única que fiquei, eu tinha essas duas funções na vida, uma era familiar e a outra era funcionária da Prefeitura.

Então eu acompanhei muito tempo sozinha junto com, quando apareceu a Dra. Eugênia, porque a Dra. Eugênia aparece muito depois. Primeiro essas ossadas vão lá para o Araçá, no governo da Marta Suplicy, o Dr. Daniel Munhoz ele faz sessões, eu falo assim, sessões de tortura onde ele escurece, ele cria uma câmara escura ali dentro do Instituto Oscar Freire de Medicina Legal da USP, ele escurece numa sala e fica mostrando ossos para nós, para mim né? Porque era eu sozinha.

Era eu e o Dr. Daniel Munhoz. Um dia depois de muitas vezes ele mostrava o fêmur, esse fêmur não é do Hiroaki, esse fêmur parece que é oriental. Essa cabeça, esse crânio, porque ele não tinha... a ossada que nós exumamos lá no Cemitério Dom Bosco da vila, de Perus, não tinha crânio, mas ele foi indo, foi indo, ele arranhou um crânio, um crânio era oriental, outro crânio não era oriental.

Até que um dia a Dra. Eugênia foi participar junto comigo dessas sessões que eu falei, eu avisava o Ministério Público Federal que já estava intervindo, o que está acontecendo aqui é, procuradores e procuradoras da República, é uma sessão de tortura.

Aí eu não tenho coragem de chamar nenhum familiar, eu não chamava. Eu falava, eu vou sozinha porque não tenho coragem de expor tanta dor assim, submeter o

familiar a quê? Às sessões de tortura? A Dra. Eugênia então decidiu fazer um processo contra, foi o dia que ela viu. Eu falei, nossa, que felicidade a minha porque ela, eu compartilhei, ela compartilhou comigo o sofrimento, e ela tinha poder. Ela tinha poder para entrar com ação, ela entrou com uma ação contra o IML aqui de São Paulo, contra a prefeitura, contra governo federal, ela pôs todo mundo na ação.

E eu fiquei, eu me senti solidarizada, eu me senti bem com tudo aquilo porque eu me senti assim, um apoio na atitude dela. Eu senti um apoio.

Depois aconteceu isso que a Criméia falou, que a Associação Brasileira de Anistiados Políticos falou, já que tem a ação, tem isso, tem aquilo, mas não acontece, vamos conversar com o Ministério Público Federal e vamos ver como é que nós resolvemos.

Então chamou a equipe argentina de antropologia forense e essa equipe pegou essas ossadas que o Dr. Daniel Munhoz dizia que dentre elas tinha, pelo menos, eu não me lembro o número dessas ossadas. Eram 22, Criméia, depois foi para 25 porque tinha um lugar onde ele guardou três ossadas mais uma, então ficou 25.

Essa, e tem isso tudo no relatório da equipe, que a comissão aqui já recebeu este relatório muito bem detalhado, feito pela equipe de antropologia forense da Argentina. Mas nenhum desses ossos, nem tem vestígio de Hiroaki Torigoe. É impossível, quer dizer, todo o nosso esforço foi no sentido "vamos trazer essa equipe", essa equipe vai identificar pelo menos aquelas ossadas que são pelo menos possível, há possibilidade de ter dentre elas uma que seja do Hiroaki Torigoe.

A equipe de antropologia forense descartou totalmente, não existe essa possibilidade. Então no caso do Hiroaki Torigoe nós começamos do zero, a partir do relatório da equipe de antropologia forense da Argentina. Então nós estamos no zero, estamos zeradas.

E é sempre, e quantas vezes nós fomos zeradas na busca do Hiroaki Torigoe. Quer dizer, o Hiroaki Torigoe ele é morto, ele, teve um dia aqui em uma dessas audiências da Comissão da Verdade, eu vi o André Ota que também era do Movimento de Libertação Popular, MOLIPO, dizendo que viu o Hiroaki Torigoe sendo torturado dentro. Ele falou aqui, ele falou aqui dentro, ele viu lá dentro da OBAN, DOI-CODI.

Quer dizer, o Hiroaki Torigoe não foi morto como descrevem os policiais, como dão aquela versão falsa, mas ele é torturado, e todo mundo sabe que ele é o Hiroaki Torigoe, o comentário dentro do DOI é que é o Hiroaki, é o Torigoe, todo mundo sabe

que é ele. E ele vai ser enterrado com nome falso, mesmo tendo dentro, no próprio documento está escrito pelo polícia, Massahiro Nakamura (Torigoe) e enterram com nome falso.

Quer dizer, é o tipo assim, de acontecimento feito pela repressão política como descaradamente, dentro de uma cidade como São Paulo onde o militante era daqui de São Paulo, porque às vezes vem de outro estado, ninguém conhece, mas não, era um militante aqui de São Paulo, né? Conhecido, eles ocultam o cadáver. É ocultamento de cadáver, é muito, é assim, existe. E assim, tem até como provar todo esse ocultamento de cadáver. Eles não quiseram entregar o corpo para o Shunhiti que foi lá buscar. O Shunhiti tinha um sonho, eu não sei como ele está hoje porque eu não tive coragem de ligar para ele. Não sei se ele está ouvindo e vendo a gente aqui nesse momento, mas eu me sinto na obrigação de falar com ele o que foi esta audiência, eu me sinto na obrigação.

Mas ele tinha um sonho de enterrar o Hiroaki Torigoe, era um sonho que ele fala e todas as vezes que ele fala com a gente ele chora. Você vê aquele homem que é professor de física, que é um professor muito competente, porque todo mundo, eu vejo se comentar lá em Piracicaba a respeito dele, todo mundo tem o maior respeito pelo professor.

E quando fala do irmão, é aquela fragilidade assim porque não tem o corpo, gente. O caso do Hiroaki Torigoe é assim uma audiência que merecia muitas audiências e mais do que isso, o Estado Brasileiro tem que responder nesse caso, porque tem tantos indícios, né?

Agora eu acho que fica essa suspeita, quem sabe se ele estava dentro da vala? Porque nós sempre achamos que ele estava fora da vala, agora quem sabe se ele está dentro da vala? Se ele estiver dentro da vala é aquelas ossadas lá do Araçá.

A SRA. SUZANA LISBOA - Amelinha, você acompanhou as exumações que foram feitas pela Dra. Eugênia? Depois...

A SRA. AMELINHA TELES – Com o Daniel.

A SRA. SUZANA LISBOA - Eu tenho, eu tenho essa necessidade de saber porque assim, a quadra aonde estava o Hiroaki Torigoe não foi para a Vala de Perus, então, para nós por que ele não está dentre as ossadas da vala? Porque a quadra onde ele foi enterrado não foi exumada e levada para aquela sala...

A SRA. AMELINHA TELES – Não, mas no livro do cemitério na época, eu lembro, em 1990, quando a gente, como é que fala? Pesquisou muito, investigou muito aquele livro do cemitério, ele dizia que ele tinha sido reinumado.

A SRA. SUZANA LISBOA - No mesmo local.

A SRA. AMELINHA TELES – No mesmo local. Mas tinha exumado e reinumado. O que é estranho, né?

A SRA. SUZANA LISBOA - Não, não é estranho pelo seguinte, todos os corpos ali...

A SRA. AMELINHA TELES – Sim, sim.

A SRA. SUZANA LISBOA - Todos os corpos daquela quadra de indigentes ali, depois de um determinado tempo eles começaram, a vender aquelas quadras, então começou a ter enterro de família. E mesmo os que foram só de indigente, eles fazem isso. Eles exumam, abrem, rebaixam a sepultura e botam na cabeceira da pista, até quatro corpos na mesma cova.

Nós retiramos o Lana, tinha gente em cima, a Sônia tinha gente em cima, o Luiz José da Cunha tinha gente em cima, o Helber tinha gente em cima. Todos eles tinham

em cima. Agora, por exemplo, no caso da, nesses casos na época, o Palhares não levou para o IML. No caso do Crioulo, por exemplo, ele levou os corpos que estavam acima, no caso do Torigoe ele levou os corpos que estavam acima e misturou dentre as ossadas como se fosse talvez, de indigentes. Eles passaram a examinar aqueles corpos como assim, dentre esses quatro qual era do Torigoe?

Eu lembro que a partir de uma determinada época, quando o Ministério Público começou a atuar nesta questão das ossadas de Perus, eu vim a diversas reuniões em nome da Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos. Eu vim a diversas reuniões. Eu lembro quantas vezes nós perguntamos para o Dr. Munhoz: qual destas ossadas não têm crânio? A do Torigoe é a que não tem crânio porque as outras estavam acima dele, não seriam dele, o que é uma coisa que ele também, ele custou muito a responder para nós aquela que não tinha crânio.

Então, a minha sugestão é essa, primeiro acho que a Criméia acompanhou algumas. Nós temos que saber em termos de encaminhamento da Dra. Eugênia o que foi exumado ali em volta, entendeu? E eu iria ao Cemitério de Perus novamente com o “Seu” Toninho, Antonio Pires Eustáquio para mostrar a ele o que a Dra. Eugênia exumou como possibilidade sendo do Torigoe para ver se ainda falta alguma possibilidade para a gente exumar, concretamente nós não temos outra alternativa a fazer porque eu acredito em cima de exame que a gente fez, que o Torigoe não estaria dentre as ossadas de Perus.

É o Ivan que quer falar.

A SRA. CRIMÉIA ALMEIDA SCHMIDT - Eu acho que algumas dificuldades, eu fui algumas vezes. Eu fui algumas vezes com a Dra. Eugênia. Uma das dificuldades é saber qual é a vala, porque o cemitério é uma confusão que eles fazem, inclusive com o Toninho também, uma das vezes. Porque é o seguinte, cova não sei quanto, eu não me lembro aqui, cova tal, número tal. Aí conta daqui para lá é assim, um, dois, é aqui, está certo? Se der um passo maior ou um passo menor já saiu do lugar. Aí vem outro e diz, não! Mas é assim, começa de lá. Então já também não dá.

Outra coisa, não é um, dois, é um, três, a dois está do lado de cá, a par. Eu não sei qual é a cova, ali não tem regra. Ou não se fala a regra para nós porque eu acho aquilo um caos.

A SRA. SUZANA LISBOA – Olha, nós tínhamos um croqui desse cemitério, daquela época que infelizmente os cupins comeram. Nós fizemos aquele levantamento na época da Vala de Perus, aqui daquela comissão com todos os relatos que a gente teve dos coveiros anteriores que tinha ali, porque tem uma quadra par. Tem uma quadra, aí tem uma par e tem uma ímpar, é verdade. A par em cima e a ímpar embaixo.

Algumas começam a contar um, três, cinco, sete, do lado esquerdo, outras começam a contar do lado direito. Este levantamento nós tínhamos por escrito, foi por isso que nós conseguimos localizar o Lana, a Sônia, o Helber, o Crioulo. Nós localizamos em cima desse levantamento.

Então, é, e o próprio, e outras situações. Agora, eu acho que nós temos que voltar lá então e tentar recuperar esta história, por que, entendeu? O que nós vamos dizer para o Shunhiti? Eu não pretendo morrer sem dizer alguma coisa para o Shunhiti. Essa é uma resposta que, aqui que nem a Amelinha disse, eu me sinto obrigada a dar a ele.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Que horas são?

A SRA. AMELINHA TELES – São, meio-dia e cinco.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Não, vou passar a palavra pro Ivan, pode ficar sossegado. Só que eu queria pedir o documento da UNIFESP porque eu quero, eu não quero perder a oportunidade de ler aquele documento lá.

A SRA. AMELINHA TELES – Eu tenho ele aqui.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Então vamos lá, vamos ler esse documento, enquanto o Ivan fala, porque o documento da UNIFESP eu não vou engolir como, mais um capítulo dessa farsa. Ivan, com a palavra, por favor.

O SR. IVAN SEIXAS – Eu acompanhei todas as exumações que foram feitas pelo Ministério Público a pedido do Ministério Público, com o pessoal da Polícia Federal e o da Secretaria dos Direitos Humanos.

E a determinação era no sentido de localizar o caso exatamente de Hiroaki Torigoe. E tudo o que foi feito, tem esses problemas que a Criméia acaba de levantar que ninguém sabe onde começa, onde termina, qual o número de quadra, que é a grande confusão que foi instaurada e foi consolidada na gestão do Gilberto Kassab.

Então, hoje você não sabe qual é o número da quadra, muito menos por onde começa. Se é de cima para baixo, da esquerda para à direita, etc. e tal.

O que foi feito foi localizar os possíveis locais da sepultura do Torigoe na quadra que foi apontada. Foram abertas a partir daquela ali duas para um lado, duas para outro, duas para cima e duas para baixo, tirando um total de nove sepulturas, foram exumadas todas elas ali, como também foi feito naquele possível caso do Aylton Mortati, também foi feito.

Foram tiradas as ossadas que foram enviadas para a Polícia Federal que estava comandando a perícia naquele momento, tá? Tem que perguntar pra Dra. Eugênia se há uma nova resposta. Até duas semanas atrás...

A SRA. SUZANA LISBOA – Foram encaminhadas ao IML.

O SR. IVAN SEIXAS – Não, não tem nada a ver com o IML, é outra coisa. Foram encaminhadas à Polícia Federal que estava periciando. Essas

A SRA. AMELINHA TELES - Não, voltaram. Essas ossadas aí voltaram. Ivan, elas foram, não! A Dra. Eugênia inclusive que...

O SR. IVAN SEIXAS – Tá. A informação que eu tenho é essa, elas foram encaminhadas à...

A SRA. AMELINHA TELES – Elas foram encaminhadas para o IML.

O SR. IVAN SEIXAS – Tudo bem, elas foram encaminhadas para a Polícia Federal e a Polícia Federal...

A SRA. AMELINHA TELES – A Polícia Federal entregou, entregou. O dia que nós fomos lá no Instituto Médico Legal com o Ministério Público Federal, nós fomos com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal que entregou essas ossadas e elas fazem parte deste conjunto de 22 ossadas que a Dra. Eugênia inclusive pediu para que fosse, foi uma decisão para que fosse identificado o Hiroaki Torigoe dentro dessas 22 ossadas. Está no relatório.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Bom, a Dra. Eugênia também não está mais no caso, não é? Já foi para, é outro procurador que nem de São Paulo é, né?

A SRA. AMELINHA TELES – É de Ribeirão Preto.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Bom, então vamos lá. Eu quero consignar em ata o seguinte. Depois daquele esforço enorme que foi feito para tentar levar para a UNIFESP, eu vou ler um texto aqui, enviado pela reitora Soraya Smaili, para o Gilles Gomes com cópia para Rafael Schincariol, José *ininteligível* e Carla Juliana. Então, o que diz aqui?

“Caros senhores Gilles e Rafael, encaminhamos o documento anexo à senhora ministra. Talvez, caros senhores Gilles e Rafael.” Quer dizer, acho que os únicos que são autoridades, né? Que pelo menos a reitora reconhece. Vai para Gilles, Schincariol, Ana Neme, José *ininteligível* e Carla Juliana Pissinatti Borges. Não veio para nós, mas tudo bem faz parte.

“Encaminhamos o documento anexo à senhora ministra, talvez não tenha chegado ainda em vossas mãos. Assim, reencaminho e direciono para que acompanhem e conheçam. A UNIFESP reafirma a sua vontade política de acolher e dar prosseguimento aos trâmites necessários para dar solução ao assunto que consideramos de maior importância. Informo ainda que um projeto que está sendo finalizado para a formação de um núcleo vinculado à reitoria que deverá acompanhar os procedimentos e trabalhos necessários. Aguardamos os próximos passos e contatos para darmos continuidade ao processo. A UNIFESP considera de absoluta importância a relação (etc.etc.). Cordialmente Soraya Smaili.”

Mas eu não estou me referindo, eu estou querendo saber onde está a ata da reunião, está aqui? Está aí? Então vamos lá. Essa é a ata, não é? Então vamos lá.

“À excelentíssima origem Ministério da Educação, Universidade Federal de São Paulo, Ministra dos Direitos Humanos da Presidência da República. Encaminhamos em anexo a ata da reunião ocorrida no dia 28 de fevereiro quando foi discutida a possibilidade da participação da UNIFESP no trabalho de identificação da Vala de Perus. Aguardamos o posicionamento das autoridades competentes para darmos continuidade ao trabalho em conjunto às demais instituições colocando a nossa universidade à disposição para colocar neste trabalho fundamental ao país. Reitora Soraya.”

Vamos lá à ata que é o que interessa. “No dia 28 de fevereiro de 2014 reuniram-se convocados pela magnífica reitora da Universidade Federal de São Paulo, professora doutora Soraya Soubhi Smaili, representante da chefia de Gabinete da UNIFESP, representante das Comissões de Familiares de Mortos e Desaparecidos da Comissão da Verdade Marcos Lindenberg e a Comissão da Verdade Rubens Paiva e da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, e grupo de Antropologia e Arqueologia Forense formado no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para discutir encaminhamento do trabalho de identificação da Vala de Perus guardada no Cemitério do Araçá.

A convocação justificou-se pela preocupação manifestada por representantes dos familiares acima citados, assim como a Comissão da Verdade Marcos Lindenberg e pela Comissão da Verdade da ALESP, com encaminhamento dado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, (SDH), para que os trabalhos de identificação das ossadas da vala de Perus que sugeriu que o trabalho de identificação fosse feito no espaço do Instituto Médico Legal de São Paulo.

A Secretaria de Direitos Humanos formou um grupo de antropologia forense que deve ser contratado com verba do PNUD e iniciar os trabalhos nesse mês de março. A reitora da UNIFESP manifesta publicamente o seu interesse em guardar e sediar os trabalhos de identificação, intensão apoiada pelos presentes.

A reitoria e os presentes consideram ainda que o grupo formado para conduzir os trabalhos é de ótima qualidade, especialmente por reunir profissionais da Argentina e do Peru com notório saber na área.

Acredito, porém, que os trabalhos não devam ser desenvolvidos no IML, nesse sentido a reitoria compromete-se a providenciar local adequado e comprometer o grupo de antropologia forense que está se formando nesta referida universidade no apoio dos trabalhos, desde que sejam consignadas as verbas claramente definidas para o custeio dessas atividades conforme planilha de custos anexa.

Entre os custos acima citado está o documento anexo especificado o aluguel do espaço que receberá ossadas onde serão desenvolvidos os trabalhos, compra de material e de equipamentos necessários, custeio do pessoal, reitora.”

Aí os presentes na reunião, Carla Borges, Criméia Almeida, Ivan Seixas, Javier, Laura Petit, Maria Amélia, Rafael, *ininteligível* Ferreira e Vivian Mendes.

Então, quero dizer de público que esta ata não traduziu a reunião, não traduziu as nossas expectativas e que aqui não está garantido, assegurado, nada! Estamos voltando à estaca zero.

Como nada mais a ser dito e assegurado nessa reunião, vamos suspender os trabalhos para a tarde. Obrigado.

Os trabalhos são suspensos.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Ângela Mendes de Almeida. Suzana Lisboa e Ângela Mendes de Almeida, não é por causa de falta de família tradicional portuguesa que a gente não vai fazer esta audiência.

Você viu quem está aí? Lógico! É bom! Isso, dá o nome completo de todo mundo.

A SRA. SUZANA LISBOA – Leonardo de quê? Ditta?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– O representante da Crispim? O representante da senhora Crispim? Vamos vir todos os nossos convidados para a Mesa.

A família Gomes da Silva, eles estão com uma cara tristonha hoje. Vieram de longe e chegaram na hora, e esses caras não começam na hora, né? Não é todo dia que tem a família. Helenalda, a Helenalda ainda conversa comigo através, Leonardo representante da senhora Crispim.

A senhora sabe, quando nós fomos, quando. Leonardo, precisa falar em italiano, quando chegou o povo do exílio fomos lá receber a família Crispim, né? E a Clara Charf sempre organizando e dando ordens, né? Aí, a Clara chega para mim no aeroporto e fala assim, anota os contatos dela lá na Mooca.

Porque eles fizeram campanha lá na Mooca para o Prestes em 1947, eles têm todos os contatos (Risos.)

O SR. – Eu acredito.

A SRA. - Minha nossa senhora!

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Mas passou um pouco de tempo (Risos.)

O SR. - O Zé Maria Crispim está vivo, ele foi eleito naquela eleição

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Então, a Clara já me deu uma tarefa. Era eu e o William o coordenador da campanha dela. Criméia, agora que você foi aprovada no referendo lá, 80%. Eu dou a minha se for o problema de cadeira.

A SRA. - Isabel, a mesma coisa.

A SRA. SUZANA LISBOA - Não! Não tem cabimento, a Amelinha trabalha aqui e a gente...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– A Amelinha está carequinha, agora ela resolveu assumir o cabelo que tem. A dona Ilda com o mesmo sorriso, que bom.

A SRA. ILDA MARTINS DA SILVA – Às vezes a gente dá risada, às vezes fica triste, tudo né? Ainda mais num dia assim como hoje, tem que dar tristeza.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– E a gente não para de chamar a senhora, não é? A senhora está quietinha lá e a gente não para de... Quer dizer que o Vladimir está em Cuba? Que bom! Ele está indo bem lá na Petrobrás, está contente?

A SRA. ILDA MARTINS DA SILVA – Está contente, está indo bem, sim.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Mora em Natal, né?

A SRA. ILDA MARTINS DA SILVA – Mora em Natal, está morando lá agora e trabalhando lá. Agora ele está contente com o trabalho.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– De frente para o mar. Que bom, também fico contente por ele estar bem.

A SRA. ILDA MARTINS DA SILVA – O trabalho dele mesmo.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– O que ele gosta, não é? Geologia? A esposa dele também está trabalhando?

A SRA. ILDA MARTINS DA SILVA – Não, não está. Ela não conseguiu...

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– A regularização até hoje. Ela é cubana. Fala se a gente ajudar.

A SRA. - Eu sei, mas estou perguntando onde ela está atendendo.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– É, vamos lá. É no começo, mas fala pra ela que eu ajudo. Eles não me ligam mais nem para falar se eu estou vivo. Vamos lá.

A SRA. SUZANA LISBOA - Mas para pedir isso eles podem ligar.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– É. Centésima Décima Sexta audiência pública, 17 de março de 2014, Auditório Teotônio Vilela. Está instalada a 116ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, no dia 17 de março, no Auditório Teotônio Vilela para o Dossiê Ditadura Mortos e Desaparecidos, 1964-1985, para a Comissão da Verdade Rubens Paiva.

Essa Mesa é composta inicialmente por Suzana Lisboa, Ângela Mendes de Almeida, Ilda Gomes da Silva, me dá todos os nomes por completo. Criméia Almeida. Seu nome em português, como é? Isabel Gomes da Silva. Helenalda Nazareth, Helenalda de Souza Nazareth, e Leonardo, qual é o seu sobrenome?

O SR. LEONARDO DITTA - Ditta.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Ditta? Ah! Ditta de ditadura?

O SR. LEONARDO DITTA - Isso.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Hã! Agora que eu descobri! Ditta com dois “t”, entendi. Nunca mais vou esquecer. Já fiz associação. Suzana Lisboa.

A SRA. SUZANA LISBOA – Boa tarde a todos e a todas. Eu posso sugerir que antes de a gente começar cada familiar rapidamente se apresente para que as pessoas que não estão aqui possam conhecê-los? A Criméia pode começar.

A SRA. CRIMÉIA ALMEIDA SCHMIDT - Criméia, familiar de André Grabois, desaparecido na guerrilha do Araguaia.

A SRA. ISABEL MARIA GOMES DA SILVA – Isabel Maria Gomes da Silva, filha do Virgílio Gomes da Silva.

A SRA. ILDA MARTINS DA SILVA – Ilda Martins da Silva, esposa, viúva do Virgílio Gomes da Silva, desaparecido.

A SRA. ÂNGELA MENDES DE ALMEIDA – Ângela Mendes de Almeida, viúva do assassinado no DOI-CODI, Luiz Eduardo da Silva Merlino.

A SRA. HELENALDA RESENDE DE SOUZA NAZARETH – Helenalda Resende de Souza Nazareth, irmã de Helenira Resende de Souza Nazareth, desaparecida na Guerrilha do Araguaia.

O SR. LEONARDO DITTA – Leonardo Ditta, marido de Denise Crispim. Estou aqui representando ela pela morte do irmão Joelson Crispim.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– A Denise está no Brasil?

A SRA. SUZANA LISBOA – Bom, nós viemos aqui fazer uma entrega formal à Comissão do Estado de São Paulo Rubens Paiva, Comissão da Verdade, do nosso Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos.

Estão aqui presentes outros dois familiares que trabalharam diretamente na elaboração desse relatório que é a Maria Amélia de Almeida Teles e o Ivan Seixas, que também integram a Comissão de Familiares.

O primeiro trabalho de organização da lista dos familiares de mortos e desaparecidos políticos foi feita ainda em 1979 pelo Comitê Brasileiro Pela Anistia do Rio de Janeiro, eram, como chamava na época? Mimeografado, não é? E o Ivan e eu, quando vimos aquele trabalho resolvemos tentar aprimorá-lo até porque, ele separava os desaparecidos do Araguaia dos restantes dos desaparecidos, não tinha uma listagem só e nós, e misturava do nosso ponto de vista, coisas que deveriam ser distintas.

Então nós organizamos um primeiro dossiê que também foi feito em papel mimeografado que foi entregue ao Senador Teotônio Vilela no Segundo Congresso pela Anistia lá em Salvador. Ele era relator da Comissão Mista do Senado que estava examinando o projeto de anistia, e nós na época fizemos duas, fizemos algumas separações.

Então nós separamos os mortos em ordem cronológica a partir de 1964, colocamos os desaparecidos em uma lista só, que até então era em separado os desaparecidos e os desaparecidos do Araguaia.

Havia uma resistência das organizações políticas de juntar toda a lista em uma listagem só. Colocamos desaparecidos no exterior, na época Argentina e no Chile. Colocamos mortos em função da repressão que eram situações de pessoas, militantes que morreram, mas nós não tínhamos a informação da participação direta da repressão nisso, então, e mortes no exterior. Essa foi a... mortes no exílio.

Depois a Assembleia Legislativa, e fizemos uma coisa que para nós era fundamental que era ressaltar militância, então a primeira informação que a gente colocava abaixo do nome era a militância política, o que não tinham nós botávamos "militância política desconhecida", que nós queríamos caracterizar que aquelas pessoas tinham sido assassinadas em função da sua militância contra a ditadura militar. Não era um acaso, não era por acaso um ato de exceção cometido por alguns membros, era uma política de extermínio da ditadura militar.

E aí a Assembleia do Rio Grande do Sul fez essa impressão que é muito significativa, porque olha o tamanho dele, essa impressão só foi feita em 1984 pela Presidência da Assembleia, era presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul o deputado Renan Kurtz e era primeiro vice-presidente o deputado Carlos Araújo, e a Comissão, a Assembleia Legislativa era a única, eu acho, Assembleia Legislativa até então que tinha uma Comissão de Direitos Humanos permanente que foi organizada a partir, em 1978, a partir do sequestro da Lilian Celiberti e do Universindo Diaz em Porto Alegre, o casal de Uruguaios que foi sequestrado e entregue para a ditadura uruguaia.

A partir dali houve a organização de uma Comissão de Direitos Humanos permanente e que tinha um trabalho muito efetivo e que de uma certa forma continuou a nossa luta. Depois da anistia poucos grupos dos Comitês Brasileiros Pela Anistia perseguiram na luta. O do Rio Grande do Sul foi um grupo que permaneceu efetivo, que tinha um trabalho forte.

Foi esse grupo do Rio Grande do Sul que lançou a campanha contra a Lei de Segurança Nacional que depois veio a dar nesse Tribunal Tiradentes que vai ser feito amanhã. Essa campanha foi iniciada pelo CBA do Rio Grande do Sul. Na época as, tinha algumas pessoas que tinham uma atuação muito atuante naquele CBA, do Rio Grande do Sul, um deles era o meu irmão, José Keniger, o Cláudio Antônio Gutiérrez, eram pessoas que levavam de uma forma muito efetiva essa luta, e através deles nós conseguimos que a Assembleia do Rio Grande do Sul fizesse essa impressão. Ela tem uma apresentação que eu acho impressionante pela sua atualidade que diz assim.

Está falando que o levantamento pode ser incompleto, não é? E diz:

“...E será algum dia possível um levantamento completo? Como listar as centenas de milhares de vítimas da fome, do desemprego, da miséria e do abandono a que foi atirada a imensa maioria da população brasileira?”

A Assembleia Legislativa Gaúcha tem uma longa tradição de lutas a honrar, ao mesmo tempo em que permanece atenta ao desdobramento do quadro político visando a defesa dos interesses nacionais e populares, oferece a reflexão da cidadania, um documento que gostaria de não ser obrigada a publicar. Um dossiê que revela uma das facetas mais terríveis da ditadura militar.

O parlamento gaúcho não é movido por nenhum sentimento revanchista, mas entende que é obrigação impostergável a denúncia dos fatos aqui narrados visando,

frise-se, impedir que a impunidade seja um estímulo a sua repetição. Aos que tombaram, aos que resistiram e aos que ainda lutam a homenagem da Casa Do Povo Riograndense.”

Eu me emociono com isso, porque isso aqui é datado de 1984, entendeu? E até hoje buscar justiça inspira sentimentos que nos chamam de revanchistas, então eu me emociono muito de ver.

E tem aqui uma homenagem a Teotônio Vilela que faleceu casualmente nesse ano, então a nossa homenagem a ele não tinha nada a ver com a morte dele, mas tinha a ver especialmente com a participação dele na nossa luta e na nossa história.

O nosso encontro com o Senador Teotônio Vilela na época da luta pela anistia, mudou eu acho, o nosso olhar e o nosso rumo naquela história, então é feita essa homenagem a ele.

Eu não lembro quantos casos tem aqui, mas muito menos do que são relatados nesse dossiê. Desses que estão relatados aqui e que eu também acho que é importante dizer, nós cometemos dois erros.

Um deles que está aqui presente na nossa denúncia é o Alberi Vieira dos Santos que é um Sargento da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, que para nós era um militante que tinha sido assassinado com, de forma cruel e violenta sob tortura em 1977, se não me engano. O corpo dele aparece no Paraná. Um irmão dele, tinha dois irmãos dele que já tinham sido mortos também como militantes e só na década de 90 nós viemos a descobrir que o Alberi era um infiltrado da ditadura militar.

Então, o nome dele está aqui presente e está inclusive em um monumento que tem lá no Rio Grande do Sul. Outro erro que nós cometemos é o nome do Benjamin de Oliveira Torres que era um militante da Ação Libertadora Nacional, conhecido como Pato Rouco porque tinha uma voz muito característica semelhante a um pato rouco, e a denúncia do desaparecimento dele foi feita por documentos dos presos políticos e era testemunhada pelo Ottoni, nosso camarada Ottoni Guimarães Fernandes Júnior que viu o Pato Rouco preso.

Também nos anos, muitos anos depois, talvez já nos anos 1990, nós tivemos conhecimento de que o Pato Rouco estava vivo e eu até hoje não conheço a história dele, eu vi que ele fez um pedido à Comissão da Anistia. Deve ter sido contemplado com sua anistia, eu não sei que história viveu esse Pato Rouco que esteve preso no Rio de Janeiro com o testemunho do Ottoni.

Pelo que eu lembro são os dois erros que há aqui nessa nossa lista, que a nossa decisão, na época, era colocar assim, os nomes, apresentados pelos familiares, mas que tivessem a comprovação das organizações políticas.

O SR. IVAN SEIXAS – Já fala da Vala.

A SRA. SUZANA LISBOA – Assim, aqui já fala da Vala porque a Vala tinha sido detectada por nós anteriormente, então, e já faz referência à Vala de Perus.

Aí, o nosso trabalho posterior, depois, em 1995, nós temos um segundo momento de um outro livro que nós fizemos enfim, não trouxe aqui, que é um trabalho um pouco mais completo porque ele inclui as pesquisas que nós tínhamos feito nos arquivos do IML, nos arquivos do DOPS, especialmente aqui de São Paulo.

Inclui alguma coisa do que tinha sido feito pelo grupo Tortura Nuca Mais no Rio de Janeiro pelas pesquisas deles, mas acho que não na sua integralidade, e depois esse aqui que já inclui o trabalho da Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos e que também não considero um trabalho findo, não é? Acho que essa história está sendo contada dia a dia e que, fundamentalmente, é por isso que eu acho que é importante resgatar isto e isto, ela vem sendo contada por nós, não é? Fomos nós os familiares, os que aqui estamos e os que não estão aqui hoje presentes, mas que de uma forma muito efetiva trabalharam pelo resgate dessa história.

A nossa intenção em trazer esse documento até a Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, é ter a garantia, a certeza de que os 437 nomes aqui listados, vão fazer parte da história desse país, da história dessa Comissão da Verdade e da história da Comissão Nacional da Verdade, que nós esperamos que faça, porque essa sempre foi a nossa expectativa em relação à Comissão Nacional da Verdade, que ela examinasse cada um dos casos aqui listados.

Eu digo sempre, hoje falei em uma entrevista aqui antes de iniciar o trabalho dessa Comissão, eu não conheço em detalhe todas as outras Comissões, mas tenho a certeza de que nenhuma outra Comissão da Verdade no Brasil tem feito o trabalho que

esta comissão tem feito que é examinar cada um dos casos que tem a ver com a sua jurisdição.

Esse trabalho para nós é fundamental e nós esperamos que a Comissão Nacional nos apresente um relatório que vá além disso que a gente já fez aqui.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Você vai poder estar, não, eu já vou passar a palavra, só vou fazer uma pergunta. Você vai poder estar dia 31 de março, conosco aqui em São Paulo?

A SRA. SUZANA LISBOA – Não. Eu tenho atividades no Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Ângela Mendes de Almeida.

A SRA. ÂNGELA MENDES DE ALMEIDA – Dá para falar assim? Tem que abaixar, não é?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Se você se sentir melhor, né?

A SRA. ÂNGELA MENDES DE ALMEIDA – Não, eu me sinto assim. Está claro, não é?

Bom, eu fiquei encarregada aqui de ler a apresentação do conteúdo do dossiê que foi elaborada pela Janaina de Almeida Teles que foi uma das pessoas, junto com as outras companheiras da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos que teve uma atuação extremamente importante na elaboração desse dossiê. Então vou passar a leitura.

“Este Dossiê é uma edição revisada e ampliada do Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964, publicado em 1996. O livro contém as

biografias e a apuração possível das circunstâncias dos desaparecimentos e assassinados de 426 perseguidos políticos durante a ditadura civil militar brasileira.

É um livro pensado como uma homenagem a estes homens e mulheres que morreram lutando por suas ideias e propostas de revolução e resistência. O livro é também uma aproximação com o passado recente em busca da apuração desses crimes e da compreensão contra o silêncio e o esquecimento, visando intervir no presente. Por isso ele apresenta e debate propostas de intervenção política na atualidade.

O livro destaca também o papel dos familiares de mortos e desaparecidos políticos como protagonistas da luta contra a ditadura e pelo direito à verdade e à justiça no Brasil.

Os principais momentos dessa luta, nos anos 1970 e início dos anos 1980, aparecem resumidos em boxes distribuídos em ordem cronológica no livro. Os principais aspectos dessas lutas travadas nos anos 1990 até hoje estão descritos na introdução.

Mais uma vez destacamos que apesar do avanço das investigações, que a atuação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos logrou obter, o ônus da prova continua a recair sobre os familiares.

A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos não realizou uma pesquisa sistemática nos arquivos do antigo SNI depois de sua transferência para o arquivo nacional.

O livro é resultado da compilação de informações provenientes das seguintes obras e documentos. Lista de nomes organizada pelos presos políticos nos cárceres, das denúncias feitas à OEA e à Anistia Internacional nos anos 1970. Dados e denúncias do projeto 'Brasil Nunca Mais'. Livro 'Desaparecidos Políticos' do Comitê Brasileiro de Anistia do Rio de Janeiro em 1979. Dossiês organizados pelos familiares dos anos 1970 até hoje.

Os casos apresentados à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos e o Livro 'Direito à Memória e à Verdade', publicado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, e livros, trabalhos acadêmicos e reportagens de jornalistas e historiadores.

Vale destacar a maneira como lidamos com os documentos dos arquivos da repressão política, principalmente os arquivos do DEOPS, com as quais mais trabalhamos.

Confrontamos os documentos das diversas fontes utilizadas por nós, esses documentos provam fundamentalmente como funcionavam a instituição DEOPS e a repressão política.

Para nós, eles foram importantes, pois as contradições encontradas na própria documentação da repressão, como a presença de duas ou três versões para a mesma morte, comparados com os registros dos laudos necroscópicos de perícia de local possibilitaram provar que essas pessoas foram mortas sob tortura e não em tiroteios, atropelamentos ou suicídios.

Suas biografias são apresentadas em ordem cronológica indicando, quando possível, a militância e contexto histórico de cada morte ou desaparecimento.

Em relação ao livro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, o dossiê apresenta 29 nomes novos de vítimas da ditadura, com destaque para os casos referentes à operação Condor e a operação dos órgãos de repressão política no Cone Sul.

Esses dados novos demonstram mais uma vez que as investigações estão longe de terminar e que, apesar das condições precárias da Comissão de Familiares, foi possível avançar nas pesquisas, dando-nos uma visão do que seria possível fazer se o Estado e a Sociedade Brasileira se engajassem nesta tarefa de dimensão pública e política, a apuração desses crimes e as transformações culturais e institucionais decorrentes do acerto de contas com esse passado.

São cinco casos de argentinos e uruguaios desaparecidos, filhos de brasileiros incluídos aqui, essas informações foram compiladas graças à ajuda preciosa da Embaixada do Brasil na Argentina, do Arquivo Nacional da Memória e do Arquivo da Província de Buenos Aires em La Plata.

Há também mais dois outros nomes que não contavam no dossiê anterior, Sergio Tula Silberberg e Jango. Estes casos nos remetem para a relevância dos testemunhos para a apuração da verdade, pois foi através de testemunhos recolhidos pela Conadep em ações judiciais ou pela EAAF que recuperaram a informação, em alguns casos de que essas pessoas foram vistas em CCDS, (uma sigla argentina, eu acho, não é?). Sergio Tula, por exemplo, teria sido levado ao Campo de Mayo, sendo que a mega causa judicial referente a este CCD colheu mais de 300 testemunhos.

Outro caso, o de Roberto Adolfo Val Cazorla teria sido visto no CCD de La Cacha em La Plata. Aí teve início, em 1998, um Juicio Por La Verdad, onde mais de 800 testemunhos foram ouvidos.

Outro processo penal em La Plata, o primeiro depois da anulação das leis de obediência devida e de Punto Final, que condenou Michel *ininteligível* colheu 150 depoimentos.

A importância destes testemunhos ficou tragicamente demonstrada quando do desaparecimento de uma das principais testemunhas desse processo, José Júlio Lopes, em 2006, desaparecimento até hoje não esclarecido.

A importância da memória e dos testemunhos na Argentina, nos países vizinhos e no Sistema Interamericano de Direitos Humanos, nos remete à questão de como lidar com os arquivos da repressão política.

A resistência em abrir os principais arquivos militares sobre a ditadura, sobre a Guerrilha do Araguaia, não é desculpa ou empecilho suficiente para se apurar a verdade e produzir provas em ações judiciais. Nesse sentido, no passado, os familiares propuseram, em 1975, em 1975 e em 1979, conforme contamos no livro, a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a tortura e os abusos de direitos humanos.”

Dá licença, vou só tomar um golinho de água.

“Depois passamos a defender a constituição de uma Comissão da Verdade e Justiça. É preciso fazer uso da legislação vigente no país ou criar mecanismos extrajudiciais de apuração da verdade, como uma Comissão de Verdade com independência e poder de investigação.

A questão da memória nos remete também a questão da punição dos torturadores. O projeto Brasil Nunca mais revelou que 25% dos testemunhos registrados na Justiça Militar denunciaram as torturas sofridas nos cárceres brasileiros, apesar dos riscos que essas pessoas sofriam de voltar às salas de tortura ao fazerem essas denúncias.

Através desse dossiê os familiares mais uma vez destacam a importância ética de lembrar, denunciar e punir esses crimes. Esperamos assim estimular o surgimento de mais ações judiciais exigindo, ao menos, a responsabilização dos torturadores.

A quantidade de vítimas da ditadura com certeza supera os 63 mil pedidos de anistia na Comissão de Anistia, considerando-se que, somente nos primeiros meses da ditadura, 50 mil pessoas foram presas no Brasil. Há ainda muitas possibilidades de se recuperar a memória e testemunhar a violência da ditadura. A questão do perdão, as três visões e a sua preferência por Derrida." Derrida é um filósofo francês.

"O regime de exceção, sobretudo, a partir de 1973, ao apagar os rastros de seus crimes, procurou dissimular e esconder a barbárie, nesse sentido o esclarecedor texto de introdução a este dossiê, recorda uma matéria da revista 'Isto é' de 24 de março de 2004, chamada 'A Ordem é Matar', de Amaury Ribeiro Junior.

Esta reportagem como lemos aqui, revelou trechos de um documento que confirma a intenção deliberada da cúpula das forças armadas de eliminar aqueles considerados irrecuperáveis, de forma velada, sem chamar a atenção da sociedade.

A revista tornou públicas partes da ata da reunião que ocorreu entre os generais Ernesto e Orlando Geisel, Milton Tavares, Antônio Bandeira e o presidente da República, Emílio Garrastazu Médici.

Em maio de 1973 eles redefiniram as diretrizes da repressão política cujo objetivo era a utilização de todos os meios para eliminar, sem deixar vestígios, as guerrilhas rurais e urbanas, de qualquer jeito e a qualquer preço, conforme trecho divulgado da ata.

Foram constituídos dois grupos, citação da reportagem, dois grupos ultrassecretos. Um no CIE - Centro de Informações do Exército de Brasília e outro no DOI-CODI de São Paulo, formados por menos de 10 pessoas. Eles estavam autorizados a assassinar e sumir com os corpos, e foram responsáveis pelo desaparecimento de cerca de 80 presos políticos entre 1973 e 1975." Isto também consta da citação.

Terminei, então.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Pessoal, antes de passar a palavra para as outras pessoas convidadas eu queria dizer o seguinte, este documento lido agora, eu acho que devia ser base para duas coisas, primeiro uma representação à Comissão Nacional da Verdade e, durante a leitura do documento eu fui me apaziguando, me acalmando, porque eu acho que em que pese isso aqui seja apreciação, apresentação de um livro já escrito, devia ser o documento, viu, Suzana? Eu queria construir esse raciocínio.

Este documento está tão bem redigido, embora tenha sido escrito há tanto tempo, e como introdução do livro, que eu acho que esse documento deveria ser o documento à Comissão Nacional da Verdade dizendo assim, essa é a condição da Comissão de São Paulo participar da contribuição ao relatório.

A SRA. SUZANA LISBOA – *Inaudível*. Isso a Janaina fez agora, não é?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – É.

A SRA. SUZANA LISBOA – A Ela fez hoje.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Então, mas independente, isso, não, eu acho o seguinte, olhe, e a segunda coisa...

Então acho assim, este texto está tão bem amarrado que a gente devia fazer uma adaptação e mandar para a Comissão Nacional da Verdade e dizer o seguinte, olhe, é isso o que nós pensamos, é isso o que nós queremos, esse é o nosso protocolo. Isso aqui sintetiza tudo o que a gente pensa e é um pré, é uma vacina, digamos assim, não venham dizer que nós, embora tenhamos falado isso mais de 100 vezes, agora entregamos por escrito.

Esse é o nosso protocolo. Se não quiser que o documento final da Nacional seja desautorizado ou contestado essa é a nossa contribuição, é isso o que a Comissão de São Paulo se propõe a fazer e defender.

E a segunda coisa, amarrar com o ato do dia 31, porque esse documento tem tudo a ver com o desenho do ato que foi feito para o dia 31, né? Então, acho que mais do que nunca a gente deve ter as 400 e tantas fotos dos mortos e desaparecidos, que de preferência tenham os familiares pelo menos daqui de São Paulo para segurar a foto da pessoa representada, da família representada e os que não forem daqui de São Paulo, ou não tiverem familiares, que a gente assuma, não é?

E que esse texto fosse desenvolvido como um texto paralelo para que cada pessoa que vá a este ato possa receber esse texto bem diagramado, porque ele está muito bem feito, né? Mas principalmente que a Comissão Nacional da Verdade entenda, finalmente, o que nós estamos querendo e não faça um resumo qualquer daquilo, e mandar esse documento já para dizer o seguinte, olhe, o que foi feito dentro do fôlego

que os familiares tinham, foi feito. Achamos que coisas a mais devem ser procuradas, pesquisadas e esclarecidas.

Essa é uma questão que eu queria colocar porque eu acho que é fundamental nesse momento da entrega do dossiê.

E agora eu queria abrir a palavra para as outras pessoas, para os outros familiares, queria ver se alguém.

A SRA. - Começa pela Criméia.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Criméia gostaria de falar ou usar a palavra? Não? Não há necessidade. A família Gomes da Silva? Aqui Helenalda.

A SRA. HELENALDA RESENDE DE SOUZA NAZARETH – Eu só quero de dizer que eu tenho acompanhado na medida da possibilidade, os trabalhos aqui da Comissão de São Paulo e não tenho acompanhado muito porque faço parte daquele grupo de brasileiros que apesar de aposentados tenho que continuar trabalhando, né?

Então eu continuo trabalhando e às vezes fica difícil estar presente a todas os eventos, certo? Mas eu quero agradecer muito a esta Comissão, porque eu percebo que esse trabalho aqui está sendo feito e uma maneira bastante séria e eu vejo esse trabalho avançar muito mais do que o da Comissão Nacional.

Infelizmente é isso o que sinto. A Comissão Nacional de vez em quando manda um documento, como se fosse uma coisa de outro mundo, como eu recebi outro dia um documento dizendo que alguém disse que a Helenira fez um aborto antes de ir para o Araguaia.

Eu falei, bom, que eu sabia não foi a Helenira, foi minha outra irmã que fez o aborto, e aí, qual é o fato importante que a gente está querendo investigar, é isso? Não. E se tivesse feito um aborto, qual o problema? Então eu acho que é uma coisa que não tem nada a ver com a atividade política da Helenira, né?

Então às vezes eu fico assim indignada com as coisas que eu vejo, se bem que no nosso caso não é muito difícil confundir porque os nomes são todos parecidos, muita

gente confundia as irmãs, não é? Mas enviar para mim um documento falando isso, essa era a novidade que tinha naquele documento, eu achei até ridículo, não é?

Mas eu vejo o trabalho daqui de São Paulo sendo feito com muito rigor, está muito bem encaminhado e eu agradeço por tudo o que esse grupo tem feito. É só isso.

A SRA. ÂNGELA MENDES DE ALMEIDA – Depois eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Então deixa eu devolver para a Suzana e você, pode falar já.

A SRA. ÂNGELA MENDES DE ALMEIDA – Deixa eu falar antes. Bom, eu queria aqui também testemunhar o importante que tem sido a Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva dirigida pelo Deputado Adriano Diogo e dar como exemplo o caso da morte do Luiz Eduardo Merlino.

Apesar do fato de que nós conseguimos encaminhar um processo na área cível por danos morais e tivemos a contribuição de sete testemunhos que esclareceram muitas coisas, foi aqui na Audiência Pública do caso Merlino realizada no dia 13 de dezembro do ano passado que, no calor da discussão, apareceram fatos novos.

Inclusive fatos referentes à participação material de torturadores, nomes de torturadores que participaram daquela sessão longa de violências e torturas que culminou depois com a morte dele, não é?

Então, esse é apenas um exemplo, eu tenho certeza de que eu acompanhei algumas audiências, mas não conhecendo os casos, às vezes o que é dito passa assim, não é? São mais as pessoas que estão a par dos casos que percebem as revelações que acabam aparecendo no clima que é constituído aqui nas audiências públicas. Eu acho que isso é extremamente importante.

Porque se tem uma coisa que falta à Comissão Nacional da Verdade é clima, não é? A gente tem contato com, salvo raras pessoas, que não sabem de nada, que atuam como se fossem profissionais de Academia, que só pensam em fazer um relatório e que,

bom, só o fato de eles só pensarem no relatório e não pensarem em trazer à luz agora algumas verdades, eu já acho que é significativo.

E eu espero que através da Comissão Estadual nós consigamos pressionar essa Comissão da Verdade para que eles se incomodem menos com o trabalho acadêmico do relatório de não sei quantas mil páginas e se incomodem mais com a necessidade de dar pequenos passos no conhecimento da verdade.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT – Suzana Lisboa.

A SRA. SUZANA LISBOA – Com relação a esse texto que a, que foi apresentado pela Janaina, eu acho que a gente tem que depois ver com ela, porque algumas coisas ela fez como tópico. Eu acho que ela pretendia falar, e como ela não veio... então, por exemplo, aqui tem um tópico, a questão do perdão, as três visões e as suas preferências pelo Derrida. Isto não está devidamente...

A SRA. ÂNGELA MENDES DE ALMEIDA – Tem que tirar.

A SRA. ÂNGELA MENDES DE ALMEIDA - Explicado.

A SRA. SUZANA LISBOA – Desenvolvido. Então tem coisa aqui que são tópicos. E outra coisa que eu acho que tem que verificar, são os números. Ela fala que são listados 426 casos, eu falo em 437. Então tem que ver onde é que está essa dúvida, essa diferença, porque ela apresenta 29 casos que não estão no livro “Verdade e Memória”, mas não necessariamente são 29 casos novos, porque o livro “Verdade e Memória” só apresenta os casos que foram requeridos à Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos, essa é uma diferença.

Tem muitos casos novos, especialmente estes da Operação Condor que ela se refere, dos argentinos, mas isso antes de enviar este documento, nós temos que fazer essas correções e agregar algumas outras informações.

Era só isso, para ficar claro para quem está ouvindo eu falei um número e aqui tem outro então, a gente depois tem que ver que número é, se são 437 ou não são. Que eu saiba são 437, não são? Vocês duas aqui?

A SRA. AMELINHA TELES – *Inaudível* são 437.

A SRA. SUZANA LISBOA – Aqui? Pois é, mas a Janaina fala em 426.

A SRA. AMELINHA TELES – Fala 426 porque ela está relacionando a partir de 1964 e tem 11 casos que são de 1963, da fase pré-golpe. Como o caso do Pedro Teixeira, marido da Elizabeth Teixeira. Ele é assassinado antes do golpe. E ela coloca...

A SRA. SUZANA LISBOA – Explica então, eu não estou sabendo dessa...

A SRA. AMELINHA TELES – Está bom. Amelinha Teles. É o seguinte, em relação ao número, aliás, o número sempre é um problema para nós, não é? Eu acho que a gente podia fazer uma tese só sobre o número de vítimas da ditadura, porque desde o primeiro momento que nós começamos a trabalhar com o dossiê até hoje é um problema porque, como todo o ônus recai sobre nós, não é?

Não existe, o Estado Brasileiro não trouxe à tona, olha, "nós somos responsáveis por tantas mortes". Então, vai aparecendo, né? Então no caso, esse livro, no momento que a gente pode constatar é que são 437 nomes, sendo 426 a partir de 1964, são vítimas a partir do golpe militar.

Mas tem as vítimas que antecederam o período, digamos assim, pré-golpe, que são os trabalhadores conhecidos do caso, o episódio, como o Massacre de Ipatinga que é no dia 07 de outubro de 1963, mas que a repressão usa de uma violência, ali nós

estamos colocando 11 a mais, mas deveria, o Massacre de Ipatinga são assassinados, pelos jornais da época, 104 trabalhadores, porque eles estão em greve na frente da fábrica, da Siderúrgica de Ipatinga e a Polícia vem metralhando. Eles não, ninguém estava esperando, inclusive morre uma criança de quatro meses no colo da mãe que é a Eliana que está aqui no nosso dossiê. Ela tem quatro meses, a mãe está no ponto de ônibus, porque perto da fábrica tinha um ponto de ônibus, entendeu?

Tem o caso das Ligas Camponesas que estão organizando e que alguns camponeses são assassinados e que nós temos o nome. Quer dizer, o "nós" que eu falo é assim, são vários grupos que vão trazendo estes nomes, que é importante a gente a frisar o seguinte. Nós temos um dossiê hoje com 960 páginas, com 437 nomes e 2,5kg de peso, tá?

Que é fruto de trabalho de todo mundo que se interessou em dar informações, em levantar documentos, em fazer a denúncia, entendeu? Isso aí é um trabalho longo, né? Quer dizer, que vai somando. Tem um momento que é da anistia, que é o Ivan e a Suzana. Antes disso tem o pessoal do Rio de Janeiro. Antes do pessoal do Rio de Janeiro tem o pessoal aqui do Barro Branco.

Eu me lembro assim, que a primeira vez que eu percebi um dossiê, a importância de um dossiê foi naquele documento do Bagulhão que tem nomes de mortos e desaparecidos, inclusive o nome do Virgílio está lá. O Virgílio Gomes da Silva e outros né?

Então eu falei, puxa! Nós estamos, e ali que eu comecei a perceber a importância, foi com o Bagulhão, que em breve nós vamos fazer o lançamento, né Adriana? Aqui desse documento feito pelos presos políticos do Barro Branco, assinado por 36 presos políticos. O Barro Branco é um presídio aqui em São Paulo, né? O Romão Gomes que ficava no bairro Barro Branco. Ainda fica, né? Só que não é mais de preso político. Então eu acho que esse é o entendimento, 426 mais 11, então o total é 437 nomes.

Agora o que eu acho importante desse evento aqui de hoje e das falas todas, eu acho que organizar essas falas, essa audiência e encaminhar para a Comissão Nacional e também, a própria Comissão Estadual ter, se responsabilizar em garantir que estes 437 nomes sejam incluídos no relatório final da Comissão.

Acho que a importância está nisso, porque nós não podemos, porque eu acho que nós temos várias falhas na Comissão da Verdade, uma delas é você não investigar caso

a caso, era a nossa proposta. Que cada caso fosse investigado, isso não está acontecendo.

Aqui em São Paulo nós ficamos com a responsabilidade de investigar 164 casos, mas lá na Nacional seriam 437. Esses 437, não podem ficar voltados para aquele que é mais importante, aquele que consideram mais importantes. Não é um caso e fazer um caso midiático, que eu acho que este é o problema. Tratar dos casos midiáticos e os não midiáticos ficam esquecidos, está entendendo?

Isso que eu acho gravíssimo, isso é a política do esquecimento mais uma vez. Sendo pautada numa Comissão da Verdade, eu acho isso seríssimo. Aqui não vamos, não podemos admitir isso e temos que sim, eu acho que esse momento que nós fizemos aqui, que eu gostaria que todos os familiares pudessem ter vindo, é o momento da gente pressionar as Comissões da Verdade.

Todos que estão aqui neste dossiê que até hoje ninguém contestou, ninguém contestou. Estão aí, ninguém disse o que elas estão, ninguém disse. Nem os próprios caras da repressão que vivem falando por aí, eles não falaram nada a respeito desses documentos.

Então, que esses tivessem o tratamento político de ser reconhecido, de ser investigado, de ser trazido à tona, não podemos deixar nenhum, nenhum desses aí de fora, pelo menos isso, né?

Então, eu acho que o grande, a grande motivação política desse momento é a inclusão destes 437 nomes devidamente investigados, apurados no relatório da Comissão Nacional, até a Comissão Estadual podia. Eu sei que é um esforço muito grande para a Comissão Estadual, que pudesse ir além dos 164 casos até, se fosse possível, a gente gostaria sim, entendeu? Porque todos têm que ser incluídos, essa que é a questão.

A SRA. SUZANA LISBOA – Já que nós estamos frisando isso, eu vou frisar também. Não há hipótese alguma da gente aceitar que o relatório final da Comissão contenha a política de estado da ditadura e casos exemplares. Nós não vamos aceitar isso em hipótese alguma. Que os casos exemplares podem estar no relatório para introduzir um capítulo, entendeu?

Mas nós não vamos aceitar que a Comissão Nacional da Verdade nos apresente um relatório que não diga como, quando, porque foram mortos cada um dos nossos familiares e quem matou. E não vamos aceitar que não nos encontre um desaparecido faltando e até agora, não foi localizado nenhum.

Então, para mim é uma coisa muito triste isso, muito triste e eu acho que é o momento como a Amelinha disse de reafirmar isso, nós queremos que a Comissão Nacional vá além do que nós fomos nesses anos todos, e não foi pouca coisa que a gente fez, como é possível ver na diferença dos livros que a gente tem. Então, nós vamos tentar, eu vou tentar.

Nestes dias estamos aguardando um retorno de um possível encontro dos familiares com o coordenador da Comissão, Pedro Dallari, eu já solicitei isso ao secretário executivo da Comissão porque nós não tivemos ainda nenhum encontro com o coordenador da comissão, né? O Pedro Dallari desde que assumiu não teve um encontro com os familiares, estamos esperando que aconteça.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Um minutinho só, espera um minutinho. Bom, acho que esse é o principal ponto que, outro dia o Pedro Dallari nos visitou e ele falou da necessidade do relatório, relatório, relatório.

Nós frisamos esta questão dos... então eu acho que este documento, reiterando, devia sofrer uma adaptação necessária com protocolo a ser enviado para a Nacional de qual é a característica do trabalho de São Paulo, entendendo que este dossiê embora, não sejam todos os casos, ou dos 426 ou dos 437, embora não caiba toda a responsabilidade a São Paulo, esse é um pré-requisito básico que nós entendemos que esse dossiê é um requisito básico do relatório nacional, do qual a gente avoca a representação ou avoca a discussão que esse documento contido nesse livro ou no livro “Memória, Verdade e Justiça”, seja o documento básico dos mortos e desaparecidos, né? Isso eu acho uma questão fundamental, que seja protocolado nesse momento.

Então isso eu acho que nós não podemos abrir mão, fincar pé mesmo porque que qualquer versão, qualquer minuta de relatório que nós não nos sintamos contemplados, eu acho que tem que fazer este efeito vacina mesmo, né?

Dizer olha, estamos aqui, estamos atentos. No Brasil foram 426 ou 437 nomes e isso deve constar de uma forma detalhada e aprofundada e que deva ser uma

preocupação da Nacional bem como a questão das ossadas, a identificação das ossadas que é decorrência desse processo dos mortos e desaparecidos políticos.

Como aquela reunião do Pedro Dallari não foi uma reunião oficial, foi uma reunião informal e depois foi expedido um documento pela Nacional de que formato teria o relatório e qual seria a responsabilidade da Comissão de São Paulo e outras Comissões para o relatório, eu acho que esse documento vai como uma solicitação às características, né?

Então, eu acho que isso tem que ser oficializado mesmo porque se houver a disponibilização de assessores para integrar a Comissão Estadual, que ele vá dentro do espírito desse documento aqui. Isso eu acho que nós não podemos abrir mão, né? Então, isso eu queria assegurar e fazer disso um documento oficial a ser protocolado na Nacional.

Bom, fora isso qual seria então, o próximo passo? A gente formalizar que mesmo a gente não podendo começar a audiência do Bagulhão hoje, hoje é para consolidar esses documentos, esses documentos, essa série de documentos como uma proposta básica de São Paulo, não é isso? Então está bom.

Então nós atingimos os objetivos dessa reunião aqui, não é? Que é, tem esse documento do Rio Grande do Sul fica, tem uma cópia para ficar pra gente? Tem, né? Esse...

A SRA. SUZANA LISBOA – Eu posso deixar esse eu tenho dois, um fica aqui.
(Risos.)

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Não. Está bom.

A SRA. AMELINHA TELES – Aí traz uma cópia de cada.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– E quais são as diferenças entre o “Memória, Verdade e Justiça” e esse aqui? Por que o “Memória” foi publicado antes, né?

A SRA. SUZANA LISBOA – O livro “Memória, Verdade” contém os casos que foram apresentados à Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos. Os deferidos e os indeferidos também.

Este livro contém casos que não foram apresentados na Comissão Especial, por exemplo, Edmur Péricles Camargo é um desaparecido político, nunca encontramos a família, não houve apresentação à Comissão Especial. Muitos dos mortos do exterior não apresentaram também requerimento à Comissão Especial.

Então a diferença dele, aquele que lógico tem, eu não me lembro se são 364 casos, uma coisa assim, ele não, só apresenta os casos que foram requeridos à Comissão Especial, muitos não foram. Alguns familiares, por exemplo, houve dois familiares que fizeram o pedido de atestado de óbito, mas sem apresentar, sem requerer a indenização, mas estes casos constam. Os que não requereram à Comissão Especial não constam.

A SRA. AMELINHA TELES – ... da Operação Condor, são casos novos...

A SRA. SUZANA LISBOA – Então, são casos novos. Casos novos que não requereram à Comissão Especial, este livro contém casos que requereram à Comissão Especial. Alguns anteriores e outros novos a partir deste livro que são estes da Operação Condor. Essa investigação que a Janaina fez junto com o André Saboia lá na Embaixada Brasileira, na Argentina.

A SRA. - Só um detalhe, embora o “Memória e Verdade” contenha mais nomes, é porque ele inclui os que foram indeferidos, que muitos têm uma história bastante estranha, mas foram incluídos no livro. Foram indeferidos e incluídos no livro.

A SRA. - Aquele livro é um relatório...

A SRA. - Mais ou menos um relatório, porque tem nomes indeferidos que não entram e tem outros que entram.

A SRA. SUZANA LISBOA – Não, todos estão lá, alguns não têm. Todos os indeferidos estão lá.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Bom pessoal, eu queria dizer o seguinte, eu fui assistir a apresentação da Comissão Nacional da Verdade representada pelo Dr. José Carlos Dias e pela Glenda naquele seminário que houve no SESC, lá no SESC Vila Nova, no SESC Consolação.

A SRA. ÂNGELA MENDES DE ALMEIDA – Do Cebrap?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Do Cebrap lá do Fernando Henrique Cardoso, promovido pelo Instituto do Cebrap. Eu saí de lá preocupadíssimo com o tal relatório, e cada dia estou mais.

Então eu acho que a gente devia escrever um texto, se você pudesse contribuir agora com o que a Criméia falou, sobre os dois documentos. Esse documento dos familiares e o documento oficial reconhecido pelo governo brasileiro. As diferenças, críticas...

De qualquer forma eu quero dizer o seguinte, a Comissão Nacional, para efeito de relatório, tem que levar em consideração esses dois documentos. Tem que levar. Esse dos familiares e o outro que eu considero um documento oficial do governo brasileiro.

O governo brasileiro imprimiu aquele relatório, então vocês imaginem se o relatório da Nacional for um passo atrás, um passo anterior a esses dois relatórios.

A SRA. SUZANA LISBOA – Não vai ser. Isso não tem como ser. Com a quantidade de nomes, não!

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Não, não é?

A SRA. SUZANA LISBOA – O Dallari nos garantiu que essa era a lista que ele iria usar. O coordenador da Comissão, Pedro Dallari, nos garantiu que esse, que essa era a listagem que ele ia usar no relatório, foi que este número vai além do “Memória, Verdade”, é isso. Os casos indeferidos eu imagino que eles não vão constar na Comissão da Verdade, entendeu? Agora, estes aqui têm que constar.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Eu não estou questionando se a diferença vai ser os deferidos e os indeferidos. O que eu estou querendo dizer é que pode no relatório nacional, no final na Comissão Nacional, constar até a lista de nomes a mais completa, a mais comprovada possível.

Mas eu estou entendendo ainda que isso é absolutamente insuficiente. Isso que eu acho que precisa ficar claro, mas precisa ficar claro em março.

A SRA. SUZANA LISBOA – Isto ficou claro em cada uma das intervenções que a gente fez até hoje. Nós não vamos aceitar um relatório que não seja além do que nós fizemos. Eu não quero só estes 437 nomes na forma como estão aqui. Eu quero um relatório da Comissão Nacional da Verdade investigando estes casos aqui.

Porque a Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos não fez, assim como levantou a Janaina neste documento, a Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos depois da aprovação dos casos e da elaboração daquele relatório houve a abertura dos arquivos da SNI.

A Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos não fez qualquer busca e qualquer investigação aqueles documentos que deveriam ser da sua alçada, assim como

não fez nas declarações desse, do delegado Cláudio Guerra em diversas outras providências que deviam ter tomado.

Então essas providências ou vão aparecer no relatório da Comissão Nacional da Verdade ou esse relatório vai ser uma piada. Eu por enquanto não estou preocupada com relatório, eu estou preocupada em ver o que a Comissão Nacional da Verdade está fazendo porque eu enxergo muito pouco em relação à investigação dos mortos e desaparecidos. Eu enxergo muito pouco.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Eu quero repetir falando em microfone e gravando, né? Para mim a última sessão que houve da família Xavier Pereira, felizmente foi uma audiência bem qualificada, por quê? Porque foram disponibilizados recursos da União para fazer toda aquela peritagem.

Mas, em que pese tenha sido uma boa notícia que a União concentrou tantos esforços para que fosse feita aquela peritagem, eu não vejo por parte da União ou da Comissão Nacional da Verdade, a mesma disponibilidade de recursos, a mesma disposição para outras vítimas, para outras...

Então eu acho que deve haver um nivelamento, deve haver uma isonomia, quer dizer, o mesmo tratamento dado àqueles três ou quatro casos, deva ser dado a outros casos como os dois que nós fizemos hoje, né?

Então, eu acho que se a gente no decorrer do processo não começar a deixar as coisas muito claras, com antecedência, da insuficiência e tudo o mais, vai chegar lá frente e vão dizer assim, "mas por que não falaram antes"? Entendeu o que eu estou querendo dizer?

A SRA. SUZANA LISBOA – Eu entendi.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Então, eu acho que esse momento que nós estamos vivendo, que antecede, por exemplo, a hora que agente abrir o Bagulhão. O Ivan vai trazer toda uma, o outro, as interpretações decorrentes da

publicação do Bagulhão à época, enfim, vai haver daqui para frente uma intensificação de esforços, de pesquisa, tal.

Então, eu queria dizer o seguinte, nesta reunião, muito pouco se avançou do que foi feito do trabalho dos familiares e até muito pouco se avançou do trabalho que é reconhecido pela União que é, pelo menos do governo brasileiro, que é “Memória, Verdade e Justiça”.

Para tanto, eu acho que nós devemos mandar para a Comissão Nacional que as investigações pararam com os familiares, pouco se avançou e pouco se investiu nisso. E aí a gente exemplificar os casos das ossadas de Perus, de todo este negócio que ia para o IML, agora não vai mais para o IML, vai para a Unifesp, mas ainda não vai.

Quer dizer, eu acho que a gente devia ficar documentando a par e passo porque daqui a pouco vai aparecer uma versão do relatório ou uma minuta do relatório que não vai nos satisfazer e vão perguntar, "por que que vocês não falaram antes?" Está bom?

Então eu queria deixar isso amarrado. Criméia.

A SRA. CRIMÉIA ALMEIDA SCHMIDT – Eu só quero acrescentar o seguinte, que se devia cobrar a Comissão Nacional que pelo menos investigasse o caso em que o Brasil foi condenado na OEA, que é o caso Araguaia que até hoje se fizeram, fizeram de forma sigilosa, porque nada foi transmitido a não ser essas bobagenzinhas do tipo, "não sei quem fez aborto".

Que se investigasse o caso e que pressionasse a Secretaria de Direitos Humanos, a Polícia Federal, eu não sei quem para fazer D.N.A. das ossadas que eles tiraram lá do Araguaia e que também pressionasse no sentido de fazer um banco de D.N.A. E aí não é só do Araguaia, porque nenhuma investigação vai ser feita se não se fizer este banco de D.N.A. Esse banco de D.N.A. fica travado. A gente quer saber quem falta, por que que não entra em contato com a família e nada disso é feito. Já faz tempo!

A SRA. SUZANA LISBOA – Em relação ao banco de D.N.A. talvez o deputado possa nos auxiliar porque quem fez aquele banco anterior foi o ministro Paulo Vannuchi. A ministra Maria do Rosário através do Gilles que é o secretário executivo

da Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos, disse que aquilo não serve para nada.

E eu acho que, eu tenho cansado de perguntar por que não serve para nada, que foi feito, se é uma questão de disputa política em relação ao que o Paulo Vannuchi fez que para nós foi super importante na época. Ele não foi só do Araguaia especificamente que foi feito este banco. Houve a coleta de sangue de outros familiares.

Inicialmente ficou aqui com o Laboratório Genomic. O Marco Antônio Barbosa não nos deu nenhuma explicação sobre o que aconteceu com isso. Eu só vejo da parte da Secretaria Especial de Direitos Humanos, do Gilles e da, de que não existe o banco de D.N.A., que não serve, que foi feito para outra coisa. Que não sei, são informações que não nos satisfazem.

Eu acho que se poderia tentar ver junto ao ministro Paulo Vannuchi, para ele esclarecer para a gente até poder responder, porque eu não sei responder à altura. Eu respondo o que eu sei, agora, eu digo existe o banco de D.N.A., eles dizem não, não existe. Então eu não sei se foi algum...

A SRA. AMELINHA TELES – Mas é muito incompleto.

A SRA. SUZANA LISBOA – É incompleto, mas eles dizem que aquilo não adianta, aquilo não serve. Como não adianta? Houve familiares ali que já faleceram, inclusive, e que deixaram o sangue ali registrado. Eu não sei que cuidado está sendo feito com aquilo, eu não aceito que a Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos tem feito nesses anos.

Eu fico muito feliz que eles invistam em alguns casos, mas eu não me conformo que eles não têm uma resposta sequer sobre os desaparecidos do Araguaia, sobre as ossadas que eles retiraram gastando fortunas em todas as expedições que eles fizeram ao Araguaia. Eles não nos dão respostas! Nós não temos respostas.

A última resposta que nos foi dada, nós estamos tentando reverter, eu tenho certeza de que vai dar certo a ida para a Unifesp. Eu tenho esta expectativa e esta certeza diferente da sua, eu estou nesta expectativa. E essa certeza de que depois de

quatro anos sem fazer nada, o destino não seja a ida para o IML. Agora, não fizeram nada mesmo.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– A minha preocupação é que daqui a 15 dias, uma semana, 15 dias muda a ministra e nada foi contratado. Então, não é uma política de Estado, é uma política de governo e porque não dizer, uma política de cargos, né? Então a gente não sabe qual vai ser a destinação do Ministério. Agora, tudo isso que a gente está falando a gente tem que extrair dessa gravação e transformar em documentos, né?

Fazer textos, fazer requerimentos, documentar. Porque seguramente vai haver uma transição agora lá no Ministério e daqui uma semana, 15 dias nos não vamos encontrar nem mais a Maria do Rosário e nem o Gilles, se Deus quiser. Eu que sou, entendeu? (Risos.)

A SRA. – E que não seja outro pior.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– É, e que não seja um pior. Está bom. Mais alguém queria falar alguma coisa? Então tá. Atingimos o nosso objetivo, você vai ficar mais quantos dias conosco aqui, Suzana?

A SRA. SUZANA LISBOA – Eu tenho tarefas que a Amelinha me deu até sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Tá bom. Quarta, quinta e sexta, estaremos juntos. Então tá bom. E até lá o Bagulhão, nada de Bagulhão, nada de imprimir o Bagulhão? Nada?

A SRA. VIVIAN MENDES - O Suzana, entrega o dossiê pra gente fazer a cópia para a Comissão.

A SRA. SUZANA LISBOA – Vem todo mundo aqui, já. Vamos fazer a foto oficial, então.

A SRA. AMELINHA TELES – Alguém quer *inaudível*

A SRA. SUZANA LISBOA - Vocês venham aqui todos, tirar a foto.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– O Ivan, vem para cá.

A SRA. SUZANA LISBOA - Olha, vem tirar a foto! Chega mais para cá para caber todo mundo.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Não pusemos nenhuma faixa na Mesa hoje, né?

A SRA. SUZANA LISBOA - Venha mais para cá vocês aí, lá na ponta não vai sair.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Helenalda de Souza Nazareth. Como e que fica? O Ivan vem para cá.

A SRA. SUZANA LISBOA - Apareceu todo mundo na foto ou é para juntar mais?

A SRA. VIVIAN MENDES – Vai lá Amelinha!

A SRA. AMELINHA TELES – Tira esta cadeira da sua frente.

A SRA.– A Tatiana também.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Nacional, tremei! Aí, olha! Estamos aqui, bravos!

A SRA. - O Ivan saiu?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Cadê o Ivan? Saiu?

A SRA. AMELINHA TELES – O Ivan saiu, gente? Está perguntando aqui.

O SR. - Não, está aqui.

A SRA. AMELINHA TELES - Saiu na foto, né? Ou entrou na foto?

(Risos.)

Entrou ou saiu da foto?

A SRA. SUZANA LISBOA - Vão nos fazer gargalhar na hora. Isso não é momento de gargalhar.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Também acho.

A SRA. SUZANA LISBOA – É, mas ela me fez gargalhar.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Olha pessoal, só tem nome de entidade aqui, viu? Precisava fazer outro tipo de adesão ao documento. Precisava começar a por nomes individuais, viu? Que assinam o ato do DOI-CODI, entendeu? Viu? Porque tem gente que assina Coletivo Merlino, como a Ângela. Mas por exemplo a Helenalda podia por. Não isso aqui é quem vai

A SRA. AMELINHA TELES – A Comissão de Familiares, inaudível, se você quiser por.

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Eu acho que as pessoas além dos coletivos, deviam assinar, viu?

A SRA. HELENALDA RESENDE DE SOUZA NAZARETH – Helenira, é Resende, o mesmo sobrenome. Ela é conhecida como Helenira Resende, mas é de Souza Nazareth.

A SRA. – Helenira com “h”?

A SRA. HELENALDA RESENDE DE SOUZA NAZARETH – É. Minha irmã.

O SR. – O pessoal está pesquisando lá, está uma desordem lá. Esse aqui é da criminalística, manda com cópia Adriano, porque tem o diretor e manda com cópia para o Grella também. Ele está subordinado à Secretaria este instituto, né?

O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO - PT– Manda para o Grella com cópia para o diretor, não é ao contrário?

O SR. - Você acha melhor inverter?

A SRA. SUZANA LISBOA – Não pode mandar com cópia para o secretário. Não pode mandar para o secretário com cópia para ele, pode mandar assim. Para o menor para com cópia para o maior. Não pode, se tu mandas para o maior, não pode mandar com cópia para o outro que está abaixo dele. Tem que ser assim mesmo.